

Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Eleutério Alves

ALFREDO BRUTO DA COSTA, PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ

Com este Papa leva-se a sério a doutrina social da Igreja

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Inaugurada unidade de cuidados continuados



CRECHE E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE GRÂNDOLA

Iniciativas paralelas ajudam equilíbrio financeiro

FUNDAÇÃO JOAQUIM ANTÓNIO FRANCO, CASTRO VERDE

Novo Lar vai permitir mais sustentabilidade para a instituição

JARDIM-DE-INFÂNCIA Nº 5ª DA PIEDADE, ODEMIRA

Trabalhar para que as crianças sejam felizes



C.S. PAROQUIAL S. ROMÃO DE CARNAXIDE, OEIRAS

Aumentar o Lar acaba com exploração deficitária

Relatório de actividades de Agosto

No dia 1 de Agosto, na Rua da Reboleira, 47, Porto, com a presença do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, pela Comissão Liquidatária da Fundação para o Desenvolvimento da Zona História do Porto (FDZHP), Câmara Municipal do Porto, Instituto da Segurança Social e CNIS foi assinada a escritura de Extinção da FDZHP, constituição de um Fundo e respetiva Comissão de Acompanhamento e transferência de propriedade para a CNIS das instalações que serviram de sede da FDZHP para sede da CNIS.

No dia 29 de Agosto, com a presença do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho,

a Santa Casa da Misericórdia de Bragança inaugura a Unidade de Cuidados Continuados de Bragança e a Piscina coberta do Centro de Educação Especial de Bragança.

No dia 29 de Agosto, com a presença do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho, a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela inaugura a Unidade de Cuidados Continuados João Paulo II. No dia 31 de Agosto, com a presença do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho, o Lar do Bom Caminho de Calvão, Chaves, inaugura a Estrutura Residencial para Idosos (obras de ampliação).

AGENDA:

No dia 6 de Setembro a Associação Teatro e Construção – ATC - promove o Fórum ATC 2014: um espaço de transmissão de conhecimentos, reflexão e planeamento. Na sessão de encerramento serão homenageados colaboradores da ATC e pessoas que se têm distinguido na vida da Instituição.

No dia 10 de Setembro o Centro Social e Cultural da Paróquia do Divino Salvador de Real, Vila Meã – Amarante, celebra o início das comemorações do seu 10º aniversário.

No dia 20 de Setembro tem início, no equipamento da Quinta da Armada em Braga, a Abertura das Celebrações Comemorativas dos 50 anos da Fundação da Obra Social do Sagrado Coração de Maria.

No dia 26 de Setembro o Centro Social das Taipas inaugura a Estrutura Residencial Sénior “Alcide Felgueiras”.

Estão abertas as candidaturas à nova medida Estímulo Emprego

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) tem início a 20 de agosto o período de candidaturas à nova medida Estímulo Emprego, de acordo com o enquadramento legal definido na Portaria nº 149-A/2014 de 24 de julho.

Os novos projetos podem ser submetidos no portal NetEmprego a partir dessa data, estando o Regulamento disponível no Portal do IEFP. As ofertas de emprego registadas entre os dias 25 de julho e 19 de agosto podem aceder ao Estímulo Emprego sem necessidade de procedimentos adicionais, desde que tenha sido sinalizada a intenção de beneficiar



deste apoio.

O Estímulo Emprego tem como objetivo apoiar os empregadores que celebrem novos contratos de trabalho, contribuindo para integração profissional de desempregados com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

XXIX ENCONTRO DA PASTORAL SOCIAL
FÁTIMA DE 9 A 11 DE SETEMBRO DE 2014
STEYLER FÁTIMA HOTEL

A DIMENSÃO SOCIAL DO ANÚNCIO DO EVANGELHO
Desafios do Papa Francisco

www.ecclesia.pt/smpsocial

ANÚNCIO DE ABERTURA PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE



IGUALDADE É QUALIDADE

PERÍODO DE CANDIDATURA – Até 30 de setembro de 2014

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) informam que o prazo para a entrega de candidaturas ao **PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE**, 11ª Edição, decorre até 30 de setembro de 2014.

O **PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE** destina-se a distinguir empresas e outras entidades empregadoras com políticas exemplares nas áreas da igualdade entre mulheres e homens, no trabalho, no emprego e na formação profissional e da conciliação entre a vida familiar e profissional, bem como com boas práticas empresariais de prevenção e combate à violência doméstica e de género.

As candidaturas são efetuadas mediante apresentação de Formulário de Candidatura, cujo modelo se encontra disponível nos sítios da CITE www.cite.gov.pt e da CIG www.cig.gov.pt, acompanhado da totalidade dos documentos nele referidos.

A apresentação da candidatura deve ser efetuada por correio, sob registo e com aviso de receção, para o endereço: CITE – Prémio Igualdade é Qualidade - Rua Viriato, 7 – 1º a 3º - 1050-233 Lisboa, até ao termo do prazo fixado. Pode também ser entregue pessoalmente no mesmo endereço, entre as 09h00 e as 18h00.

INFORMAÇÕES:

CITE
 Rua Viriato, 7 - 1º a 3º - 1050-233 LISBOA
 Tel.: 217 803 700 - Fax: 213 104 661
 E-mail: geral@cite.pt

facebook

www.facebook.com/jornal.solidariedade



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Pessoas com Doença de Alzheimer

1. A 21 de setembro assinala-se o Dia Mundial da Pessoa com Doença de Alzheimer, data que pretende sensibilizar para uma doença degenerativa que afeta cada vez mais indivíduos.

Atualmente, cerca de 36 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de Alzheimer e, segundo as estimativas, a doença ultrapassará os 115 milhões de pacientes em 2050. De acordo com a associação Alzheimer Portugal, existem em solo luso cerca de 154 mil pessoas com demência, sendo que mais de metade padecem da doença.

Trata-se de uma doença que incide essencialmente nas pessoas idosas, com mais de 65 anos, e que numa primeira fase é de difícil diagnóstico, em consequência da sua associação às queixas relacionadas com o envelhecimento e à sintomatologia depressiva.

É uma doença que provoca uma deterioração progressiva do funcionamento cognitivo, suficientemente grave para ter repercussões na vida social, profissional, familiar e no comportamento. Os sintomas iniciais incluem perda de memória, desorientação espacial e temporal, confusão e problemas de raciocínio e pensamento, provocando alterações no comportamento, na personalidade e na capacidade funcional da pessoa, dificultando a realização das suas atividades de vida diária. Neste contexto, surgem alterações da memória, da linguagem, do humor, da personalidade, das atividades básicas e instrumentais da vida diária, da interação social e da autonomia, para as quais é necessário encontrar respostas.

Ao afetar as funções cognitivas da pessoa, a Doença de Alzheimer dificulta o acesso aos acontecimentos do quotidiano, o que, por si só, lhe retira uma parte substancial da vida, associada à diminuição da intencionalidade e do significado das ações, ou seja, impede-o de atribuir «valor» à interação com o seu contexto, diminuindo-lhe, de forma progressiva, a capacidade de conhecer os outros, a capacidade de conhecer o mundo, a capacidade de se reconhecer, e, inclusive, de ter acesso a todo o repertório de vida que o caracterizava.

Trata-se de uma enfermidade que tem como modo de ação extinguir a «conexão» que liga a pessoa à vida. A fonte que alimenta o pensamento (memória) vai secando, alterando de forma progressiva a capacidade de comunicação da pessoa.

2. Cuidar de uma pessoa portadora de Doença de Alzheimer é difícil, muito difícil. Requer disponibilidade, amor, conhecimentos, dedicação, paciência, solidariedade e, sobretudo, capacidade para cuidar de acordo com as necessidades de cada doente. A pessoa vítima da doença não é culpada pelo seu aparecimento nem pelas implicações da mesma nos diferentes domínios.

O envolvimento e o suporte às famílias é fundamental para a manutenção do conforto e da dignidade da pessoa

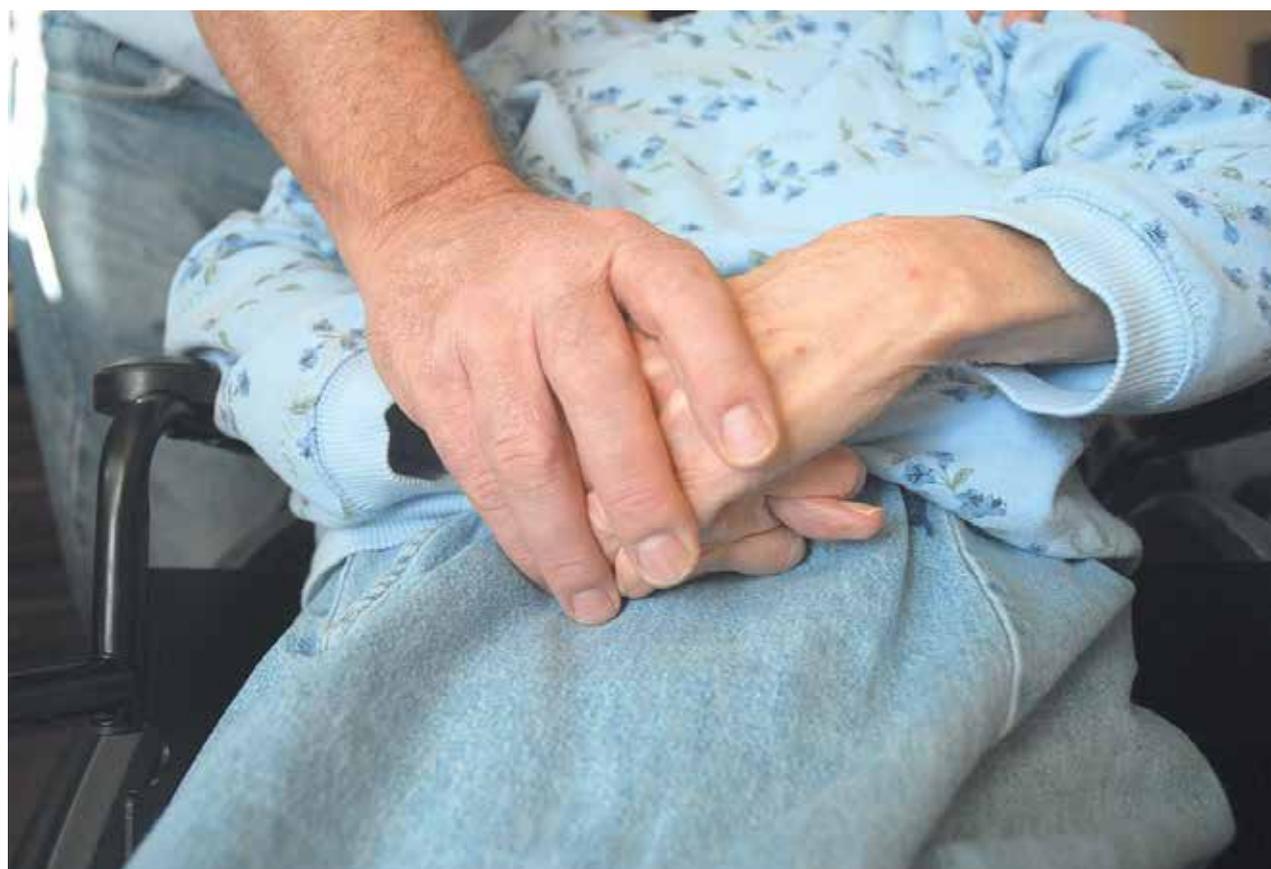


Foto: D.R.

com Doença de Alzheimer, visto que os cuidados geram grande desgaste físico e emocional para aqueles que lidam diretamente com o familiar doente.

Todos os esforços, individuais e coletivos que possam ser implementados para minimizar as consequências da doença são da maior importância.

Em Portugal, no Sector Solidário, para além de associações de familiares e amigos, há também outras Instituições particularmente vocacionadas para apoiar diretamente os portadores desta doença e indiretamente as suas famílias, nomeadamente com Centros de Dia (6) e Lares (7).

Porém, quase todas as outras Instituições com valências de apoio a idosos vão-se confrontando cada vez mais com pessoas com a doença de Alzheimer entre os seus utentes.

3. Celebrar o Dia Mundial da Pessoa com Doença de Alzheimer é oportunidade para prestar atenção a um problema de saúde que não pode cair no esquecimento:

- Alertando para a importância do diagnóstico precoce e para a necessidade de implementação de programas de estimulação cognitiva e funcional em estados precoces, com o objetivo de retardar o aparecimento de determinados sintomas, diminuir a sua gravidade e aumentar o número de anos com maior autonomia e funcionalidade;

- Estimulando a comunidade científica para continuar a investir em «ferramentas» que facilitem o diagnóstico e

em modalidades de tratamento capazes de atenuar as repercussões da doença;

- Mentalizando a sociedade para este grave problema e para a necessidade de existirem respostas, capazes de manter a dignidade, o conforto e bem-estar das pessoas com Doença de Alzheimer;

- Prestando homenagem a todos os cuidadores que, de forma heroica, cuidam de pessoas com a Doença de Alzheimer;

- Realçando a necessidade de estabelecer um programa nacional de saúde mental e de criar um plano específico para as pessoas com demência e, no caso concreto, para as pessoas com Doença de Alzheimer, que contemple as condições básicas das instituições, a formação específica dos profissionais de saúde, as orientações de intervenção (normas de boa prática / padrões de qualidade) e descreva os direitos / deveres dos doentes e familiares;

- Sensibilizando a população em geral para a importância de promover um envelhecimento ativo, com estimulação da cognição e adotando estilos de vida saudáveis, como estratégia de prevenção e uma «via de eleição» para atenuar o impacto da Doença de Alzheimer, em termos individuais, familiares, sociais e comunitários.

Todos os esforços, individuais e coletivos que possam ser implementados para favorecer a saúde mental e minimizar as consequências da doença são da maior importância.

Desfile de noivas foi casamento perfeito com a comunidade



Para comemorar o 16º aniversário, o CECAJUVI, Centro de Convívio e Apoio à Juventude e Idosos de Santa Leocádia, uma IPSS de Baião, organizou um Desfile Intergeracional de Vestidos de Noiva do Século XX. A iniciativa partia do princípio arriscado de que as mulheres, mães e avós, das freguesias vizinhas da zona geográfica da instituição, não se importariam de retirar dos armários os vestidos brancos com que foram levadas ao altar, o cederiam por uma noite a filhas, netas, amigas ou mesmo desconhecidas, para que o mostrassem num desfile público.

Foi um estrondoso sucesso. 45 vestidos de noiva foram inscritos, juntamente com o mesmo número de modelos, na maioria jovens. “Ficamos surpreendidos pela adesão”, explica a Directora Técnica do CECAJUVI, Liliana Soares, que coordenou toda a iniciativa. “Os vestidos foram preparados, alguns beneficiaram de pequenos arranjos, e muita gente visitou, pela primeira vez a instituição.”

O mais curioso foi verificar a intergeracionalidade. As avós, mães e netas envolveram-se nas actividades de adequação das peças nupciais e nos ensaios, recordando

os tempos do namoro e do casamento, re- vendo-se na juventude dos modelos, tro- cando estórias, memórias e experiências.

Na noite do desfile, a comunidade onde o CECAJUVI presta serviço social, designadamente as freguesias de Santa Leocádia, Mesquinhata, Ribadouro e Ancede, compareceu em massa. O palco foi condignamente preparado, com um corredor atapetado de vermelho, para se assemelhar a uma passerelle, com iluminação a condizer. À volta, uma população curiosa constituída sobretudo por famílias inteiras desfrutou de uma noite de recordações, sublinhadas aqui e ali por lágrimas de alegria nostálgica.

O Desfile dos vestidos foi organizado e apresentado por anos. Cada passagem era acompanhado pela informação sobre a noiva que o usou a sério, a modelo que o exibia, com projecção de fotografias do momento do enlace matrimonial e musico- cado com um tema conhecido do ano do casamento. Foi uma viagem no tempo com alguns vestidos de antes do 25 de Abril de 1974 a fazerem furor. Todas as modelos desfilaram com um girassol na mão, à excepção da noiva da Revolução que trocou



o girassol por cravos vermelhos.

Liliana Soares destaca a importância da iniciativa em dois aspectos: “Juntou as famílias na recordação mais importante das suas vidas e, ao mesmo tempo, trouxe a comunidade até ao CECAJUVI de uma forma nunca antes vista.”

Agora vai ser preciso gerir muito bem o sucesso. É que na noite de 29 de Agosto, data do Desfile Intergeracional de Vestidos de Noiva do Século XX, já houve tentativas de inscrição para o próximo ano.

Foi um casamento perfeito entre o CECAJUVI e a comunidade que serve.

MESÃO FRIO

Misericórdia “leva um sorriso” às freguesias

A Misericórdia de Mesão Frio implemen- tou em Agosto o projecto “Levar um Sorriso”, que transformou uma carrinha numa espécie de ginásio itinerante que disponibiliza ainda serviço de enfermagem e fisioterapia e percorre as freguesias do concelho. O projecto da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio representa um investimento de

cerca de 90 mil euros comparticipados em 75% por fundos comunitários.

A equipa que faz parte do projecto está preparada para realizar sessões de fisio- terapia, dar aulas de dança ou ginástica, realizar rastreios ao nível da enfermagem, assim como o acesso às novas tecnologias.

O veículo está a percorrer regularmente

as cinco freguesias do concelho de forma a estar mais próxima da população, já muito idosa e com poucos meios de deslocação. “Muitos não têm meios de se deslocar e isto assim é muito bom”, salientou Lisete Fátima, responsável pela iniciativa.

Este projecto da Misericórdia comple- menta a iniciativa da Câmara de Mesão Frio

“Viver mais, viver melhor” e juntos contabilizam já 110 participantes.

Este programa da autarquia, implemen- tado em Junho, contempla um plano de actividades também com ginástica e ainda hidroterapia, que decorrem uma vez por semana nas cinco freguesias do concelho e na piscina municipal coberta.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Maior unidade de cuidados continuados oferece quarenta camas ao Nordeste Transmontano

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança inaugurou, no dia 29 de Agosto, a maior Unidade de Cuidados Continuados (UCC) do Nordeste Transmontano, com 40 camas, que vai começar a receber utentes a partir de 8 de Setembro. Esta é nona unidade do género da região e a primeira a abrir na capital de distrito, onde até agora não existia resposta para quem continua a necessitar de cuidados depois da alta hospitalar. Na cerimónia de inauguração estiveram presentes o secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Agostinho Branquinho, o presidente da ARSNorte, o presidente da Cnis, Lino Maia e o Bispo de Bragança-Miranda.

Eleutério Alves, presidente da instituição, sublinhou a importância desta obra: “Construímos uma obra esteticamente linda, funcionalmente de grande qualidade, que enriquece o património da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, que dignifica o concelho de Bragança, que prestigia todos quantos aqui vão colaborar, que garante conforto e bem-estar a todos quantos aqui forem tratados.”

A construção da Unidade de Cuidados Continuados representou um investimento de 3,6 milhões de euros com um financiamento do FEDER de 2,5 milhões. A unidade começará a funcionar e a receber os primeiros utentes no dia 8 de Setembro, mas em moldes mais modestos do que o projecto inicial, ficando pelas 15 camas para cuidados intermédias (até 90 dias) e 25 camas para longa duração. O equipamento tem mais 32 camas disponíveis que ficam de fora dos acordos de cooperação com o Estado. Os acordos de cooperação com o Estado, através dos quais a Segurança Social vai participar parte das despesas dos utentes, foram assinados, durante a cerimónia. No discurso, Eleutério Alves pediu ao secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social compreensão para uma próxima revisão: “É por saber tudo isso que me permito e atrevo a sensibilizar V. Ex^a para, logo que o entenda oportuno, dado que necessário já o consideramos, determine a revisão do nosso acordo de cooperação passando das 40 camas para as 60 camas inicialmente previstas.”

O provedor adiantou que esta capacidade garantirá que, em caso de necessidade, no futuro possam ser disponibilizadas



evitando a construção de novos equipamentos. Enquanto não houver acordos com o Estado para estas camas, a Misericórdia de Bragança está a estudar a possibilidade “de disponibilizar alguns espaços para resposta a necessidades pontuais dos cidadãos”.

As condições de financiamento e o menor número de camas obrigaram também, segundo o provedor, a reajustar o número de postos de trabalho que inicialmente apontava para 60 e ficou na meia centena. Eleutério Alves sublinhou, contudo, “a importância” do emprego criada na atual conjuntura e na economia local.

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança é dos maiores empregadores da região, assegurando atualmente cerca de 310 postos de trabalho nas diferentes valências com 1 200 utentes por dia. Cumpriu, em Julho passado, 496 anos. Actualmente, disponibiliza à comunidade local três lares de idosos, serviço de apoio domiciliário, centro de dia, refeitório social, casa de apoio a vítimas de violência, três centros infantis, três creches, creche familiar, ATL, escola do ensino básico, lar residencial para cidadãos com deficiência, centro de actividades ocupacionais para cidadãos com deficiência, centro de medicina física e reabilitação, museu etnográfico, bairro social e, a partir de hoje, uma unidade de cuidados continuados. Tem um



orçamento anual que ultrapassa os 8 milhões de euros.

A rede de cuidados continuados do distrito de Bragança já tinha sido reforçada com a abertura, em Agosto, da unidade de Mirandela, agora oficialmente inaugurada, pelo secretário de Estado. Esta unidade pertence à Misericórdia de Mirandela e disponibiliza dez camas destinadas a doentes que necessitem de cuidados de média duração e reabilitação e 20 camas para longa duração e manutenção. O equipamento instalado no hospital privado “Terra Quente” esteve mais de um ano à espera dos acordos de cooperação com o Estado,

que contemplaram também um número inferior à capacidade existente.

O Nordeste Transmontano dispõe ainda de unidades integradas na rede nacional de cuidados continuados em Vimioso, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Vila Flor, Miranda do Douro e Macedo de Cavaleiros.

Entre os 12 concelhos do distrito de Bragança apenas os de Vinhais, Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães não dispõem desta valência. Os doentes são referenciados a nível hospitalar para qualquer unidade da rede nacional, conforme as vagas existentes.

As crianças como objectivo prioritário

Constituída como infantário apenas em 1978, a Creche e Jardim-de-infância de Grândola começou, de facto, a sua actividade cerca de cinco anos antes, sendo que era, na altura a única resposta na vila de Grândola.

Uns anos mais tarde, fruto da doação de um grandolense, a Câmara Municipal apoiou a construção de raiz do equipamento onde a instituição funciona actualmente, algo presente nos termos da oferta. O edifício continua a ser municipal, mas, entretanto, a instituição estabeleceu um contrato de comodato com a Autarquia.

Sobre o papel desempenhado pela Creche e Jardim-de-infância de Grândola, o seu presidente Rafael Rodrigues sustenta o bom trabalho que tem sido feito, expresso na ocupação total das vagas e mais houvesse: “A instituição tem mantido a sua actividade em contínuo desde o início e sem falta de utentes. Aliás, sobre os últimos 10 anos em que esta equipa está envolvida nos órgãos sociais, temos mantido, infelizmente, uma lista de espera, mais evidente na creche. Mas mesmo depois de nos últimos anos em que começou a parte de jardim-de-infância do sistema público – o infantário público aqui na vila foi inaugurado em 1994 –, temos preenchido sempre as vagas”.

Para já, segundo Rafael Rodrigues, os problemas relacionados com a fraca taxa de natalidade de que muitas regiões do País já se queixam ainda não se fazem sentir em Grândola.

“Efectivamente ainda não sentimos a quebra da taxa de natalidade, mas no próximo ano não sabemos. O que se nota, e é evidente são as dificuldades que as famílias sentem”, destaca, referindo que a crise também se tem reflectido na vida da instituição “de diversas maneiras”.

“Por um lado, pela redução das participações das famílias. Se dantes havia uma certa percentagem de famílias com rendimentos mais elevados e que tinham uma mensalidade superior, a partir de determinado momento, ou por situação de desemprego ou de redução de salário, a sua participação diminuiu. Esse é um dado evidente e, para este ano lectivo, as nossas previsões são de uma redução de cerca de dois mil euros mensais na participação das famílias. Numa instituição desta natureza é extremamente complicado. No ano passado já se verificou essa redução, ligeiramente inferior, mas este ano a nossa expectativa é que possa atingir esses valores. Apesar disso, temos conseguido manter todas as



actividades que tínhamos. Por outro lado, a redução também é visível nos apoios que a instituição pode obter, até mesmo a nível de algumas campanhas que fazíamos juntos dos nossos principais fornecedores de bens. Por vezes falávamos com eles para que dessem uma pequena contribuição para uma festa ou outra iniciativa e as pessoas dão na mesma, mas já não dão o que davam. Tudo isto se reflecte nas finanças da instituição”, sustenta o líder da instituição, acrescentando: “Outro aspecto, e aí tentamos dar a resposta possível, é no atraso do pagamento das mensalidades por parte das famílias. Temos os regulamentos que dizem que tipo de atitude perante os atrasos deve ser tomada, mas o que está em causa é a criança e a nossa função é acolher as crianças. Esta instituição só faz sentido estando ao serviço das crianças e, portanto, nunca tomamos as decisões mais drásticas, porque falamos com os pais e com as famílias que passam por essas dificuldades e percebemos e que, na maioria dos casos, os atrasos não acontecem porque as pessoas não querem pagar. Não pagam porque não têm, realmente, condições para pagar. Nesses casos, mantemos as crianças, porque muitas das vezes sabemos que as refeições que as crianças fazem aqui são as únicas que tomam no dia”.

Apesar destas dificuldades e obstáculos





que se lhe vão deparando, a instituição vive em equilíbrio financeiro.

“Felizmente, temos todas as contas em dia, com o esforço dos trabalhadores, dos pais e da Direcção temos conseguido, ao longo do ano, promover um conjunto de iniciativas de recolha de fundos, particularmente, nas festas e outras celebrações na vila a que nos associamos, e conseguimos algum dinheiro. Não é muito, mas ajuda. É um pouco este exercício permanente na tentativa de racionalizar as despesas e angariar algumas receitas. O nosso objectivo primeiro são as crianças que aqui estão, às quais procuramos dar resposta sem oscilações e para que elas possam aqui ser acolhidas com qualidade, que tem sido a prática ao longo dos anos e que é reconhecida pela comunidade. E, depois, cumprindo com os nossos fornecedores, com o Estado e com os funcionários”, afirma, indicando ainda algumas ajudas fundamentais para manter as contas da instituição sustentáveis: “É importante o apoio que recebemos anualmente da Câmara e da Junta de Freguesia de Grândola. Para além deste apoio anual, a Câmara, sempre que há alguma intervenção mais estrutural, apoia sempre. E temos ainda procurado apoio em alguns programas e campanhas que há, a que nos candidatamos sempre que possível. E é assim que vamos tentando

resolver alguns problemas”.

O exercício constante para manter o equilíbrio financeiro da instituição é, no entender do seu presidente, a principal dificuldade que a IPSS enfrenta.

“Temos que procurar desenvolver uma série de iniciativas fora do nosso campo de actividade para complementar parte do nosso orçamento. Por exemplo, se não mobilizássemos os trabalhadores, os membros dos órgãos sociais e alguns pais para um conjunto de iniciativas ao longo do ano, teríamos algumas dificuldades em cumprir com as nossas obrigações. Essa é a principal dificuldade, porque, quanto ao resto, temos um grupo de funcionários extremamente dedicado, que dá uma resposta muito capaz e de qualidade. O facto de continuarmos a manter uma lista de espera e de termos as vagas todas preenchidas é sinal de que estamos a trabalhar bem e com qualidade”, afirma.

Para melhorar ainda mais este aspecto, a instituição está a desenvolver um processo de certificação da qualidade (ISO9001/2008), com o apoio da CNIS, no âmbito do FAS3, que vai entrar na fase final de avaliação externa, provavelmente ainda este mês de Setembro.

Para Rafael Rodrigues, as vantagens da certificação da qualidade são várias e de importância relevante: “Mais do que ter



um documento que certifique a qualidade, a permanente avaliação que todo este processo obriga, não só na sua construção, mas também na sua manutenção, vai obrigar o nosso corpo de funcionários a manter a sua avaliação e a sua atitude crítica perante o seu desempenho. E ainda o facto da permanente monitorização e acompanhamento de todo este processo obrigar os próprios funcionários a incorporarem novos modelos de funcionamento e novas atitudes que levem a uma prestação mais qualificada. Do ponto de vista da imagem exterior, obviamente que, tendo a certificação, é um instrumento de promoção e de afirmação da instituição, junto das outras entidades e dos próprios pais, de que está a ser avaliada e alguém a certifica como de qualidade”.

Com um quadro de pessoal de 32 funcionários, a que se juntam sempre três a quatro estagiários, a Creche e Jardim-de-infância de Grândola está aberta 12 horas por dia e acolhe 140 crianças igualmente divididas pelas valências de creche e de pré-escolar.

Tendo já referido o importante papel dos colaboradores da instituição, Rafael

Rodrigues reforça serem estes a grande virtude da casa: “O grupo de trabalhadores que ao longo dos anos, mais dos que as Direcções que vão passando, tem conseguido dar uma resposta de qualidade aos nossos utentes e que determinam a procura e a qualidade de resposta que temos, que é regularmente auditada pela Segurança Social e pelo Ministério da Educação, são a grande virtude desta instituição”.

Durante a paragem de 15 dias em Agosto, a Creche procedeu a algumas obras no edifício.

“Durante o mês de Agosto procedemos a uma intervenção estrutural, que resulta de uma candidatura ao PRODOR. Assim, requalificámos a estrutura do telhado e, em resposta a uma visita da Segurança Social, construímos mais uma casa-de-banho para apoio a uma das salas e realizámos ainda umas melhorias na cozinha. Grosso modo estas são as últimas intervenções no equipamento, que representam um investimento de cerca de 80 mil euros por parte da instituição com financiamento de fundos comunitários”.

SEGURANÇA SOCIAL

Saldo negativo de 204 milhões de euros

A Segurança Social apresentou em Julho um saldo negativo de 204 milhões de euros, segundo a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). De acordo com a análise da UTAO à execução orçamental até Julho, “o saldo da Segurança Social apresentou um défice de 204 milhões de euros. Tal deveu-se ao pagamento do décimo quarto mês dos pensionistas”.

No entanto, manteve-se “a tendência de redução da despesa com subsídio de desemprego e apoio ao emprego”, destaca a UTAO.

Também em Julho “observou-se uma nova aceleração no acréscimo das contribuições e quotizações apesar da restituição, quase integral, da receita das contribuições sobre os subsídios de doença e de desemprego”.

Nos primeiros sete meses de 2014, as contribuições e quotizações apresentaram um crescimento homólogo de 3,1% (2,4% no primeiro semestre), registando-se um desvio favorável face ao aumento esperado de 1,2% para o conjunto do ano. “Este aumento verificou-se apesar da restituição, quase na totalidade, das contribuições sobre os subsídios de doença e de desemprego (39 milhões de euros), em virtude da decisão do Tribunal Constitucional do dia 30 de Maio”, destacam os técnicos da UTAO.

Por sua vez, a contribuição extraordinária de solidariedade sobre os pensionistas da segurança social resultou numa receita de 122,2 milhões de euros, um acréscimo homólogo de 51,2%.

Não obstante o saldo negativo verificado no mês passado, entre Janeiro e Julho a segurança social registou um excedente orçamental de 266 milhões de euros, um valor superior ao verificado no período homólogo de 2013, na ordem dos 172 milhões de euros.

De acordo com a síntese de execução orçamental publicada a 25 de Agosto pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO), o défice das administrações públicas foi de 5.823,4 milhões de euros até Julho deste ano, mais 388,8 milhões do que no período homólogo.

Segundo a DGO, o défice das administrações públicas em contabilidade pública foi de 5.823,4 milhões de euros, quando nos primeiros sete meses de 2013 se fixou nos 5.434,6 milhões. Em comparação com o primeiro semestre de 2014, quando atingiu os 4.192 milhões de euros, o défice das administrações públicas aumentou 1.631,4 milhões de euros em Julho.

MAIS IDOSOS COM COMPLEMENTO SOLIDÁRIO

O número de idosos com direito ao Complemento Solidário aumentou quase



Foto: D.R.

1.200% entre 2006 e 2013, sendo maioritariamente mulheres, com idade entre os 75 e os 84 anos, que recebem, em média, cerca de mil euros por ano.

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio pago mensalmente às pessoas com mais de 66 anos que têm baixos recursos e recebem a pensão de velhice do regime geral da Segurança Social.

Segundo os dados do mais recente relatório do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), o ano de 2013 terminou com 237.811 idosos a receberem esta prestação social, o que significa um aumento de 1.184,4% em relação a 2006, quando eram 18.515.

O número de beneficiários do CSI “cresceu de forma constante até 2010, verificando-se nos três últimos anos um comportamento inverso”, lê-se no relatório.

A partir de 2010, o número de idosos com direito ao CSI foi baixando, passando de 265.070, para 248.792 em 2011, 244.927 em 2012 e 237.844 em 2013, o que significa que nestes três anos registou-se uma diminuição de 10,27%.

Os beneficiários do CSI são maioritariamente mulheres, que “representam sempre mais do dobro dos homens, independentemente do ano em análise”. Por outro lado, ao longo destes oito anos, o escalão etário tem vindo a oscilar e se entre 2006 e 2009 o grupo etário entre os 70 e os 74 anos era

predominante, em 2010 a faixa etária mais representativa foi a que abrange os idosos com idades entre os 65 e os 69 anos, evoluindo, nos últimos três anos, para as idades entre 75 e os 79 anos.

Em 2013, no entanto, a faixa entre os 75 e os 84 anos compreendia 107.821 idosos, o que representa um peso de 45,3% do total de 237.844 beneficiários.

Já no que diz respeito ao valor médio anual das prestações, o GEP revela que tem vindo a aumentar, registando-se um aumento substancial em 2008, mas uma “relativa estabilidade” nos últimos três anos. “Por comparação com 2006, no ano de 2013 o valor médio anual da prestação de CSI registou uma taxa de crescimento de 49,4%”, lê-se no relatório. Isto porque se em 2006 o valor médio anual era de 731 euros, em 2013 chegou aos 1.092 euros, cerca de 91 euros por mês.

Em 2013, aliás, há registo de 181.942 idosos a receberem até 100 euros por mês, o que faz com os escalões de valor mensal entre 0 e 50 euros e 50 e 100 euros sejam os mais representativos.

No relatório, o GEP faz também referência à pensão social de velhice, mostrando que “o número de beneficiários tem vindo a diminuir de forma consistente desde o ano de 2005, existindo em 2013 menos 3.286” do que naquele ano.

Na evolução destes nove anos, há um decréscimo de 11,3%, já que em 2005 eram 28.902 beneficiários e em 2013 25.616.

RSI AUMENTOU MAIS DE MIL POR CENTO

O número de pessoas que voltaram a receber o Rendimento Social de Inserção depois de o terem perdido aumentou mais de mil por cento entre 2005 e 2013, situando-se, em Dezembro em mais de 46 mil beneficiários. Segundo o relatório do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS), “há um crescimento contínuo e progressivo” entre os anos de 2005 e 2013, relativamente aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) que voltaram a receber a prestação social depois de a terem perdido.

Segundo os números deste relatório, em 2005 havia 3.718 pessoas nesta situação, número que chega aos 46.042 em Dezembro de 2013. Quer isto dizer que multiplicou por 12 o número de pessoas que tendo perdido o direito ao RSI, o voltaram a receber, representando um aumento de 1.138,3%.

O maior aumento dá-se entre os anos 2005 e 2006, quando se regista um salto dos 3.718 no primeiro ano para os 11.413 em 2006, o que representa um crescimento de 206,9%. Este crescimento contínuo e progressivo é interrompido apenas em 2012 quando há uma ligeira descida (-4,8%) entre os 47.374 de 2011 para os 45.093 desse ano. Entre 2012 e 2013, o número de beneficiários voltou a aumentar, chegando no final do ano passado aos 46.042, um aumento de 2,1%.

SEGURANÇA SOCIAL

Dois terços dos idosos temem pela sustentabilidade do sistema

Dois em cada três idosos inquiridos no barómetro seniores, realizado pela empresa QSP, considera que a Segurança Social corre o risco de não ser sustentável para as gerações futuras. A segunda edição do barómetro seniores, cujas entrevistas a mil idosos foram realizadas em Maio e Junho, revela “a desconfiança” dos seniores portugueses sobre o Estado e a sustentabilidade da Segurança Social.

Quase 65% acredita que a Segurança Social corre sérios riscos de não garantir a reforma às gerações futuras. Apenas 25,3% acredita na sustentabilidade da Segurança Social e 9,8% não sabe ou não quer responder. Para 62,9% dos portugueses inquiridos, a reforma está associada a um decréscimo da qualidade de vida e, de acordo com esta pesquisa, apenas 18,5% dos inquiridos afirmaram que “pouparam ou pouparam algum valor mensalmente” ao longo da vida para o período de reforma.

Do universo de seniores considerado, 94,2% não tem qualquer apoio financeiro dos seus familiares e 24,7% afirmam prestar apoio financeiro a familiares.

O barómetro revela também que 62,2% dos inquiridos não se imagina a viver numa unidade de prestação de cuidados seniores - e se tivessem que viver apenas 13,8% escolheria viver numa “residência a tempo inteiro”, sendo que é nas regiões tendencialmente mais rurais (interior norte e sul) que está a maior percentagem de pessoas que se imagina a viver numa unidade de prestação de cuidados para seniores.

O estudo revela ainda que 46,6 % dos seniores já possuem ligação residencial à internet contra 31,9% registados em 2009, quando foi realizado o primeiro barómetro, mas apenas 27,4 % usa o e-mail como meio de comunicação mesmo assim uma variação positiva de 11,2% relativamente a 2009.

Os responsáveis por este estudo, realizado

pela QSP – Consultoria de Marketing, referem que o Barómetro Seniores pretende colmatar a lacuna da falta de informação sobre este importante segmento de mercado.

O Barómetro é uma pesquisa baseada na consulta a mil pessoas com idades entre 55 e os 74 anos, através de entrevistas presenciais, em Portugal continental. Para garantir maior representatividade dos estratos considerados, foi considerada uma amostra proporcional em termos das variáveis demográficas região, idade e sexo. A amostra apresenta-se distribuída geograficamente da seguinte forma: Grande Lisboa (224 entrevistas), Grande Porto (116), Litoral Centro (155), Litoral Norte (179), Interior Norte (211) e Sul (115).

A amostra inclui 462 entrevistas a homens e 538 a mulheres, 565 entrevistados tinham 55/64 anos e 435 tinham 65/74 anos. O dimensionamento da amostra foi calculado com base nos pressupostos da



Foto: D.R.

amostra aleatória simples.

Citando dados do INE, a empresa salienta que “Portugal está a assistir a um continuado e forte envelhecimento demográfico” e que em 2012 havia uma proporção de aproximadamente 131 idosos por cada 100 jovens (0-14 anos), estimando-se para 2060 que haverá cerca de 307 idosos para cada centena de jovens.





LÍDER NO FORNECIMENTO DE SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

NÃO TEMOS UMA. TEMOS MUITAS PORTAS ABERTAS ÀS INSTITUIÇÕES.

PLANO DE FORMAÇÃO F3M 2014

FARO . AVEIRO . LEIRIA . SANTARÉM . GUARDA

SETEMBRO Orçamentos . Legislação Laboral . Casos Práticos - Software WINIPSS

BRAGA . COIMBRA . LISBOA

OUTUBRO O Papel da Contabilidade na Gestão das ESNL

INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES EM... www.f3m.pt



F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt | Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S. ROMÃO DE CARNAXIDE, OEIRAS

Uma escola de cuidadores para atrasar institucionalização

No ano que atinge a maioria, o Centro Social e Paroquial de S. Romão de Carnaxide, em Oeiras, prossegue a reestruturação interna no sentido de conferir à gestão da instituição uma maior eficácia e, assim, poder melhor garantir a sua sustentabilidade.

Inicialmente, apenas com o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário, as coisas até não estavam muito desequilibradas, mas a partir do momento em que passou a explorar o Lar Nº Sª do Amparo, por solicitação da Câmara Municipal de Oeiras, a vida da instituição complicou-se.

“O Lar tem constituído um problema de primeira ordem para o Centro, porque, quando ainda estava a ser construído, a nova legislação obrigou a um redimensionamento das áreas. Isso levou a que a construção pensada para um determinado número de camas fosse reduzida. Então, o Lar começou a funcionar com 30 utentes e isto, já nesse tempo, era considerado um número insuficiente para assegurar a sustentabilidade financeira do equipamento. Desde essa altura, portanto há 10 anos, que o lar funciona com um défice”, explica António Pechirra, vice-presidente da instituição, revelando algumas das medidas já tomadas, em sintonia com a autarquia, para pôr cobro à situação: “No ano passado houve a possibilidade de rever alguns aspectos na arquitectura do Lar e conseguimos mais seis lugares, o que veio dar uma pequena ajuda. Temos procurado ver a solução do nosso problema financeiro ao mesmo tempo que encontramos uma solução de resposta social. Em média temos uma lista de espera de 80 utentes, ou seja, temos que encontrar uma solução, ou em Lar ou noutras soluções laterais, que já estão a ser equacionadas, mas em termos de Lar terá que ser pelo aumento da capacidade. E ao encontramos esta resposta, em termos de aumentar o número de utentes em Lar, encontramos também uma orientação para uma economia de escala que nos vai permitir eliminar o défice, cujo principal factor é a conta de exploração do Lar. Nesse sentido com uma cajadada matamos dois coelhos, ou seja, procurando elevar o actual número de 36 para 66 camas em Lar, aumentamos a receita num valor significativo, sem que isso vá proporcionalmente aumentar a despesa”.

Para a Direcção do Centro S. Romão de Carnaxide, como refere António Pechirra, “este é o grande desafio”, que não é colocado “como um sonho, mas como uma necessidade urgente”.

A intenção é ampliar a actual estrutura com mais um piso, algo em que a instituição já está a trabalhar.



Cientes das problemáticas da sociedade actual, em que o envelhecimento da população é crescente e o aumento de casos de demência entre os mais velhos é igualmente uma realidade evolutiva, os dirigentes do Centro pretendem não só dar resposta às necessidades, mas pensar o futuro.

“A área da terceira idade é a que mais necessidades nos coloca. Basta ver que não temos capacidade para responder a metade da lista de espera para Lar. Mas a problemática do envelhecimento levam-nos a reflectir sobre estratégias que possam ser mais adequadas a uma população como a de Carnaxide. Por um lado, todo o concelho tem uma tendência de envelhecimento, mas ainda está bem, agora a próxima década vai colocar-nos problemas que o Estado não vai conseguir dar resposta e nós temos que estar preparados”, sustenta o vice-presidente.

Nesse sentido, a instituição, apesar das limitações físicas, quer dar resposta ao máximo possível de necessidades e necessitados de cuidados especiais e, para tal, pretende avançar com um projecto que visa reduzir o número de pessoas a precisarem de recorrer aos serviços de acção social.

“É um projecto que, apesar de ainda estar muito no início e numa fase de preparação, passa pela criação de uma escola de cuidadores. Pretende-se que, por um lado, seja como uma escola de formação dos nossos funcionários e, por outro, que vise preparar e dar formação a outras pessoas, sejam voluntários,



sejam pessoas que em casa possam acolher e cuidar de idosos dependentes”, revela António Pechirra, acrescentando: “A ideia é preparar pessoas, dando-lhes competências – o ideal era até terem uma certificação –, para que possam atrasar a institucionalização os idosos. Manter as pessoas no seu habitat natural e dar às famílias essa preparação. E esta ideia não tem apenas que ver com o patamar dos idosos, porque há muitas pessoas que em idade adulta necessitam de cuidados especiais. Ter as famílias preparadas para tratarem essas pessoas em casa é uma mais-valia para uma estratégia de resposta aos problemas do envelhecimento, e não só”.

Um outro projecto, que visa responder às necessidades crescentes dos tempos

actuais, é aproveitar a construção do novo lar para “criar um Centro de Dia para pessoas com demência”. Com isto, a instituição pretende alargar aquilo que já faz, mas para um número ainda maior.

“Queremos ter condições físicas e de competência humana para garantir o acolhimento em Centro de Dia para umas 15 pessoas com demência. Isto insere-se numa estratégia fundamental nas IPSS, e na nossa em particular, que é a preparação dos funcionários, em termos de competências técnicas, porque é por aí que as coisas terão que passar. Temos que ser capazes de responder a mais com menos. Os dinheiros são cada vez mais escassos, as exigências maiores e este exercício de fazer mais com menos passa



muito pela qualificação das pessoas e das estruturas. Neste contexto, temos feito uma aposta na formação dos recursos humanos a todos os níveis”, sublinha, indicando que foi essa uma das razões para a instituição avançar para a certificação de qualidade, pela norma ISO 9001/2001: “Podemos preparar melhor os nossos recursos humanos, mas a nossa instituição, à semelhança de outras, perante esta mudança que foi muito rápida e nos levanta novos problemas com urgência de resposta, tem que olhar para isto na perspectiva de adoptar modelos de gestão mais avançados sem perder de vista a nossa missão. É necessário dar resposta aos problemas sociais, em primeiro lugar, mas a instituição tem que encontrar um modelo de gestão mais eficiente e esse passa pela certificação da qualidade. Há cerca de um ano que andamos nesse processo, que é fundamental, porque nos obriga a rever todos os procedimentos e até para colher outros frutos laterais. Internamente, o funcionamento foi revisto e posto em causa e temos procurado as melhores soluções. A estrutura, numa óptica daquilo que é a política de qualidade interna, melhora também a capacidade de resposta e melhora a eficácia e a eficiência dos recursos”.

Todo este trabalho que tem vindo a ser realizado na reformulação e requalificação da estrutura do Centro, leva a que os dirigentes olhem “com alguma tranquilidade o futuro, porque a tendência tem sido encontrar o ponto de equilíbrio que permita fazer o que tem que ser feito sem que com isso tenha constrangimento financeiro”.

E não é apenas a resolução do problema presente que concentra os dirigentes do Centro S. Romão de Camaxide, pois, como refere António Pechirra, “a instituição tem que olhar a sua estratégia financeira de forma a não ficar sujeita só àquilo que o Estado lhe propõe”.

Conseguir outras fontes de financiamento é fundamental para encarar o futuro com optimismo: “O Estado pede, dá e vai tirando e nós é que ficamos sempre com o ónus de

responsabilidade perante o utente. Então, temos que encarar uma estratégia de colher benefícios de benfeitores que nos possam ser úteis. Ou seja, não podemos ir aceitando a ideia de que a caridade e a disponibilidade dos benfeitores é apenas um valor residual. Não, tem que ser tido em conta com estratégias mais adequadas. Não é apenas o peditário, mas evoluir para a capacidade de acolher fundos que existem e de alguma forma introduzir uma política de angariação de fundos que estejam fora do que é habitual do Estado e que saiam da linha do residual”.

E se, numa primeira fase, aumentar as receitas não é muito viável, há que encontrar outras soluções, como as parcerias.

“Criar sinergias com outras instituições, e nós já temos dois protocolos com instituições congéneres do concelho, para criar uma rede de partilha é o caminho. As empresas já o fazem, através das joint-ventures! Isto é estratégico e já está a ser implementado por nós com esses dois protocolos. Também estabelecemos um protocolo com a Alzheimer Portugal para o nosso pessoal receber formação, mas também para a disponibilização dos nossos serviços aos sócios deles. Eles sabem, nós temos, então, há que partilhar.

Desde que não se perca a matriz que fundamenta as instituições, encontrar soluções de parceria é o caminho”.

Actualmente, o Centro Social e Paroquial de S. Romão de Camaxide oferece as seguintes respostas na área da terceira idade: Lar N.º S.ª do Amparo (36 utentes), Centro de Dia (39) e SAD (37). Na área da infância e juventude, o Centro tem o ATL «Os Traquinas» (43 crianças) e ainda o Musicentro, um local onde os cerca de 198 jovens podem aprender música, ioga, karaté, desenho e teatro. A instituição apoia ainda 746 pessoas no RSI e atende 138 pessoas no CAD (Centro de apoio a Dependentes). Para todas as respostas a instituição conta com um quadro de pessoal de 57 funcionários.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



E siga-nos também em:
www.solidariedade.pt

ALFREDO BRUTO DA COSTA, PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ

A perspectiva que domina a condução do país é intrinsecamente perversa

Alfredo Bruto da Costa está a quatro meses de deixar de ser o presidente da CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz – função que ocupa desde 2008. Mas nem por isso vai abandonar a preocupação com a dimensão da doutrina social da Igreja, as causas e implicações da pobreza. Aos 76 anos de idade está a preparar um livro em que tenta demonstrar que a exclusão social requer tratamento profundo ao nível da democracia e da sociedade.

Para concluir o mandato, a CNJP vai levar a cabo a conferência anual, no dia 13 de Dezembro, para promover a discussão sobre a dimensão social da evangelização, com a presença do cardeal Óscar Maradiaga, das Honduras, presidente da comissão de cardeais nomeada pelo Papa e presidente da Caritas Internacional.

Bruto da Costa doutorou-se em Ciências Sociais pela University of Bath, Reino Unido, com tese intitulada “O Paradoxo da Pobreza - Portugal, 1980-1989”, com equivalência ao grau de Doutor em Sociologia, pela Universidade Nova de Lisboa. É licenciado em Engenharia pelo IST Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Tornou-se professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1980. Destacou-se no ensino das disciplinas de Finanças Públicas e Direito Financeiro, Direito da Economia e Direito Comunitário. De 1979 a 1985 foi presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa. Ocupou o cargo de Ministro da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais no V Governo Constitucional.

Qual é o balanço que faz do trabalho da CNJP que lidera desde 2008?

A Comissão é um grupo de intervenção que pretende lançar ideias fortes, alicerçadas na doutrina social da Igreja. Nasceu no Concílio Vaticano II como um órgão, com vários níveis na Igreja, para se preocupar com os problemas da justiça e da paz. Trata do aprofundamento, difusão, divulgação e promoção da evangelização. Quem agarrou essa proposta foi o Papa Paulo VI, criando as comissões ligadas às dioceses e conferências episcopais. No Vaticano há uma comissão central. Em Portugal existe há muitos anos. Fui membro da primeira comissão.



Ora, agora, no final do mandato veio cair o último documento do Papa onde se fala muito da relação da evangelização com as questões da justiça e paz. Estamos a fazer uma reflexão profunda sobre esse documento do Papa, que se chama “A alegria do evangelho”, para ver em que medida, relativamente ao compromisso da Igreja nesta matéria e na actividade das comissões, há alguma mudança. Sentimos que esse documento põe ênfase de forma vincada em certos aspectos que obrigam as comissões a rever a sua maneira de olhar para a sua própria missão. O documento será tomado público em Setembro. Veremos se dentro destes meses conseguimos entrar nesse novo comprimento de onda. Pensamos que estamos a terminar bem o nosso mandato.

Que opinião tem deste Papa?

Este Papa tem uma leitura do Concílio e da vida da Igreja que representa alterações importantes relativamente aos dois Papas anteriores. Não é só uma questão de leitura dos problemas sociais. Ele quer incutir e implementar na estruturas do mundo aquilo que os cristãos têm como sendo o Reino de

Deus. O problema da justiça e paz fazem parte desse conceito cristão do Reino de Deus. Mas não se limita a isso. É também fé, referência a Deus, é esperança, caridade, como virtudes teológicas e não apenas como virtudes humanas. O que ele faz não é uma programa ideológico, mas a leitura do evangelho nas suas implicações também sociais, mas não apenas sociais. Ele tem a desvantagem de encontrar um meio eclesial que não é de todo favorável à visão que ele tem da Igreja. Isso nota-se nalguma hierarquia, em alguns países. Estou a pensar nos Estados Unidos, como até nalgumas instituições importantes de cariz católica, como certas universidades norte-americanas. Tenho lido e ouvido pessoas, indiscutivelmente reconhecidas e responsáveis da Igreja, que de forma delicada põem brutalmente em causa certas afirmações do Papa. Não dizem que discordam, mas dizem que certas afirmações dele suscitam dúvidas e interrogam de uma maneira que pressupõe discordância. Eles travestem as afirmações em perguntas. Como por exemplo: o Papa diz que o mercado não pode ser entregue a si próprio. Um director de um instituto, padre, diz assim: “mas onde

é que existem mercados entregues a si próprios?”, seria interessante sabermos. Não diz que não há. São resistências. O Papa Francisco tem uma grande vantagem: Em muitas coisas eu senti que ele retomava uma certa dinâmica do Concílio Vaticano II. Há coisas que ele afirma, propõe, decisões que toma que, para mim, não têm novidade. São coisas que estão na perspectiva do Concílio. Não são coisas totalmente novas e, então, percebe-se o que ele quer dizer. É inovador por comparação. Quando diz, a Igreja tem que ir às periferias, não há novidade; quando diz, os pobres têm um lugar privilegiado no coração de Deus, não é nenhuma novidade. A grande diferença é que nós não temos levado isto a sério. E com ele estamos a levar a sério.

Há novidade pelo contraste com a prática anterior...

Relativamente a Bento XVI basta dizer que pouco depois do Papa Francisco ser eleito houve rumores que diziam que ele estaria a divergir muito do seu antecessor. Bento XVI fez uma afirmação pública a esclarecer que quanto mais via o seu sucessor

tanto mais se convenciam que o pedido de re-signação tinha sido correcto. Há autores que dizem que teologicamente os dois Papas são iguais.

É diferente na comunicação...

Na comunicação e na componente pastoral. A vertente pastoral é fortíssima. E tira implicações pastorais que eventualmente Bento XVI não tirava e a gente não sabia até onde as coisas deviam ir. Como ele era um intelectual não chegava a desdobrar o pensamento em acções pastorais. Os que estavam abaixo do Papa não salientavam esses aspectos. Alguns princípios do evangelho não transpareciam. Com este Papa isto mudou.

A origem latino-americana deste Papa também ajuda?

Um dos pensadores católicos americanos, que não terá gostado muito do último documento do Papa, escreveu um artigo sobre isso. Ele não discorda nada do Papa, enquanto católico, mas diz que este Papa tem afirmações típicas de uma pessoa que viveu uma experiência na América Latina. Não se percebe se ao dizer isto ele quer limitar o alcance universal das afirmações do Santo Padre. Eu não percebi se pretende apenas referir um facto histórico ou se estava a tentar relativizar a importância das afirmações. Por outro lado, um dos porta-vozes da mensagem do Papa Francisco é o cardeal Marx, alemão, sucessor de Bento XVI como Arcebispo de Munique. E tem sido um dos oradores internacionais para falar da mensagem do Papa Francisco, sendo que, depois do cardeal Maradiaga, é o segundo cardeal mais importante no grupo dos oito. Não é só um problema de cultura. Há um terceiro aspecto. Nós temos que perceber que a Igreja de Roma teve um peso da Europa muito forte, que já era tempo de ser atenuado, para que o peso dos outros continentes não seja subconsiderado. América, Ásia, África são continentes que merecem a atenção da Igreja. Este Papa tem no grupo dos oito representantes de todo o mundo. A universalidade está lá representada.

Regressemos a Portugal. Como vê o momento actual no nosso país?

Um dos sinais da vida da democracia e da sociedade portuguesa é que nenhum discurso político, nenhum comentário político vai para além de números monetários. E uma sociedade que só discute isso é necessariamente uma sociedade que se vai degradando em termos de sociedade humana. Em termos individuais, na relação com os outros e em termos institucionais. Até na política social é praticamente inexistente qualquer afirmação de uma política sem que os responsáveis digam quanto é que pouparam

em termos financeiros. Como se esse fosse o objectivo. A perspectiva que domina a condução do país é intrinsecamente perversa. Há só um indicador que não é monetário e de que os políticos às vezes falam: o indicador do desemprego. Mas a forma como o problema do desemprego é comentado em Portugal e na Europa é uma forma falsa. A definição de desempregado é limitativa. Para que um cidadão português possa figurar na lista do desemprego tem que ter condições: tem que estar à procura de emprego, disponível imediatamente, não pode estar a fazer cursos de formações e não pode ter emigrado. A resposta a estas objecções é que é a definição que todos os países da Europa usam, mas a Europa nesta matéria não é nenhuma autoridade. O que a Europa vende não pode ser aceite como tecnicamente válido. A definição de limiar de pobreza é uma vergonha do ponto de vista científico e todos a comentam como se fosse a verdade. A taxa de desemprego não corresponde à realidade. Depois, há muitos anos que está adquirido que a perspectiva do desemprego é incompleta na compreensão do que é o mercado de trabalho. A verdadeira análise tem que incluir o que se passa no emprego, em diversos sentidos. A taxa pode melhorar sem que signifique a melhoria do emprego. E qual é o tipo de emprego que estamos a criar? A qualidade, as remunerações, a dignidade... é absolutamente inaceitável que se discuta o problema humano e social do desemprego em termos meramente da taxa. Os desempregados de longa duração são mais de metade de todos os desempregados. Não podem ser encarados como simplesmente desempregados. Há ali algo mais profundo que tem que ser tratado. O problema dos jovens, dos casais em que ambos estão sem trabalho, há situações mais graves que outras e isso a taxa não revela. É o vício dos números. Nós sabemos a margem de erro que os indicadores macroeconómicos têm. São fórmulas matemáticas precárias, simplificativas, para traduzirem a realidade. Valorizam-se décimas que podem não ter significado nenhum na vida das pessoas. Na pobreza continuamos a ter inquéritos na linha de Bruxelas que têm atrasos de dois anos. Ora, a tomada de decisões tem sempre esse atraso. É necessário fazer inquéritos complementares específicos para efeitos de políticas nacionais.

É um especialista na área da pobreza. Porque não há formas de a combater?

É uma problemática que neste momento estou a investigar. Há um paradigma que afirma que uma vez que alguém cai na pobreza tem dois problemas para sair. Um é o problema que causou a pobreza: desemprego, redução de salário, doença, reforma... Para além desta causa o simples facto de ser pobre traz dificuldades adicionais para

dali sair. As relações humanas e sociais deterioram-se, tem o seu círculo social cada vez mais limitado, que diminui a oportunidade de emprego, portanto ele é pobre porque é pobre. É o que se chama a ratoeira da pobreza. Um economista do banco mundial diz também que o fenómeno da pobreza tem que ver com um problema genérico da desigualdade. A grande dificuldade é determinar o grau máximo admissível de desigualdade, no pressuposto de que alguma tem que haver. Ele diz que há fenómenos em que a desigualdade cristaliza nas instituições da sociedade e são elas que impedem ou dificultam a mobilidade social, forçando as pessoas a manterem-se no seu estado original. Uns não podem passar um certo limite e outros avançam. Conclusão: os pobres são pobres porque os ricos são ricos. O que me faz pensar que qualquer programa de luta contra a pobreza que ignore o problema da desigualdade dificilmente terá sucesso. Eu fui impressionado por isto. Estou a escrever um livro, mas não é fácil. Não há literatura sobre isto...

Há muita gente a cair na pobreza, mas muita gente a enriquecer...

A desigualdade é muito evidente na grande riqueza. Os três ou quatro homens mais ricos de Portugal, num ano de austeridade, viram aumentar a sua fortuna. Mas há um aspecto que as nossas públicas discussões nunca abordam: Fala-se de subsídio de desemprego, salários, pensões, mas não se discute o número de pessoas que são alimentadas por eles. O que conta não é o valor do rendimento que entra numa família. É esse valor a dividir pelas pessoas que sustenta. E aí as coisas mudam de figura. É que quase sempre se fala desse rendimento como se fosse para uma única pessoa. Há ainda algumas organizações que olham para o fenómeno da pobreza e eu não sei se têm noção de que a resolução dos fenómenos da pobreza estão na sociedade e implicam mudanças estruturais. No fundo, destringir entre a procura das causas nas pessoas e nas famílias ou na sociedade como razão original para a situação de pobreza. Na forma como a sociedade está organizada e funciona, no tipo de economia que temos, diz o Papa: esta economia mata! O problema não está nos pobres está no sistema económico e é aí que está também a solução: fazer mudanças profundas.

Neste contexto que importância tem o sector social solidário?

O sector social solidário é de uma importância muito grande. O estado social é o envolvimento da sociedade portuguesa. Os organismos sociais solidários têm que ser vistos como complementares ao estado social. Tem dois tipos de actividades que temos que separar. Há intervenções que nada têm

a ver com suprir carências que não sejam normais. Há o risco social, a doença, a deficiência... em que qualquer cidadão pode cair, seja pobre ou seja rico. Acudir a estas necessidades é estar na linha de acção positiva que não pode ser colocada no mesmo pé da acção de natureza social assistencialista que acode a situações de disfunção. Situações que um ser humano não deve sofrer, mas porque as sociedades têm uma carência de humanidade provocam estas situações de exclusão, pobreza, isolamento. Aí a questão é diferente e mais complexa. Na carência, fome, falta de abrigo, vestuário, ligada a uma necessidade humana básica, a pessoa tem que ser atendida com padrão de urgência. Se alguém tem fome tem que comer hoje, não se pode dizer que vá tirar um curso de formação profissional. Mas isto resolve a carência mas não resolve a causa da carência. Neste momento parece-me que a crise criou uma avalanche de necessidades urgentes tão grande que poucas instituições têm folga para, para além das necessidades imediatas, poderem tratar daquilo que o Papa actual diz que é a inclusão social do pobre na sociedade. Passar a ser um cidadão que vive com os meios normais de rendimento. Eu receio que nessa componente, evitando a dependência das ajudas, as instituições de solidariedade social em Portugal não tenham folga suficiente. Aliás, cada vez oiço mais as instituições a dizerem que até para acudir às solicitações imediatas já não têm meios. As nossas organizações sociais não têm a noção nem consideram ser sua missão promover, dentro das suas possibilidades, a mudança social. Podem estar a responder a carências imediatas, mas contribuem para manter a dependência das ajudas o que humanamente não é desejável. É a tentação do assistencialismo.

Deve o sector, de alguma forma, tentar ser lucrativo para criar essa folga?

Não. Perdia a sua identidade. Ou deixa de ser sector solidário e passa a ser empresarial ou então as comunidades de base deverão contribuir mais para a sustentabilidade das instituições. O sector da saúde em Portugal, segundo se diz, é dos mais lucrativos em Portugal. Isso choca-me brutalmente. Não é essa a sua missão.

O Estado deve reforçar o financiamento?

Só vejo um caminho: as instituições poderem contar mais com as comunidades de base. Mobilizar a sociedade civil e criar um fundo de solidariedade entre as próprias instituições para que as que estão instaladas em comunidades frágeis possam prosseguir o seu trabalho. E o Estado tem que continuar a ajudar sempre que as instituições o substituem. É a sua obrigação.



António José da Silva
ajsilva@sapo.pt

O papa e o califado do terror

No regresso da sua viagem à Coreia do Sul, o papa Francisco fez aos jornalistas uma afirmação que terá chocado alguma gente, mesmo entre aqueles que habitualmente se afirmam seus admiradores. O Sumo Pontífice deixou claro que em determinadas situações limite, a guerra pode ser legítima. Quando um povo está condenado ao genocídio, a sociedade internacional tem o direito – João Paulo II diria o dever - de intervir, mesmo militarmente, na sua defesa. Claro que o papa ressaltou que uma iniciativa dessas deve ter sempre a caução da ONU, mas o princípio do direito à intervenção internacional voltou a ser proclamado, desta vez pela voz do papa Francisco.

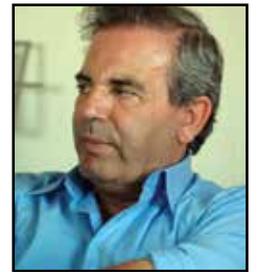
O sumo pontífice fez-se eco desse direito, a propósito do que está a acontecer no Iraque e na Síria, onde um auto proclamado califa reivindica a sucessão de Maomé, e por consequência, a honra e a responsabilidade de governar, política e religiosamente o chamado “Estado do Iraque e do Levante”. Por outras palavras, quase todo o Médio Oriente. Uma tal hipótese não preocuparia demasiado o papa, se não fora o caminho que está a ser percorrido pelos responsáveis do pretense califado para o construírem, um caminho cujos alicerces são o ódio e a violência. Não se trata propriamente de uma novidade, face à história recente dos múltiplos movimentos radicais islâmicos que actuam no Médio Oriente ou no continente africano. A única novidade deste califado está na intensidade e nos excessos de que se têm revestido essas manifestações de ódio e violência. E ainda a aparente facilidade com que os seus combatentes vêm conquistando territórios e populações..

O ódio e a violência que caracterizam o novo califado abatem-se sobre todos aqueles que professam ideias ou vivem costumes diferentes das regras definidas pelos novos senhores: hereges, como os xiitas, infiéis como os cristãos, e todas minorias que, ao longo da História, resistiram às mais diversas purgas e perseguições, como é o caso dos yazidis. Foi aliás a situação trágica deste povo que fez despertar a consciência da comunidade internacional para os crimes que estão a ser cometidos impunemente pelos djihadistas do chamado estado islâmico.

Este é um daqueles casos em que uma intervenção internacional parece ter plena justificação. O papa veio dar força a quantos entendem que a ONU se deve empenhar vivamente e eficazmente na protecção de todos aqueles a quem é negado o direito mínimo de viver em liberdade as suas crenças. Mas a história recente ensina que as intervenções internacionais, além da sua pouca eficácia, levantam outros problemas éticos e políticos que podem ser tão graves como aqueles que se pretendem solucionar. E é com esta certeza que o novo califado vai edificando o seu reino de terror. .



Foto: D.R.



Padre José Maia
jose.maia@cic.pt

Sectarismos: Não.



Foto: D.R.

Começa a ser perturbador o avanço de correntes religiosas e seitas que, em nome do seu Deus, desrespeitam, maltratam, perseguem pessoas e povos que não adiram às suas tradições e doutrinas, chegando a ameaçar de morte quem as rejeitar! Agora tudo vai ficando mais bem explicado ao constatarmos que é pretensão dos seus líderes fazer alastrar, por tudo quanto é sítio, novos califados, ou seja, assalto ao poder político através de crenças religiosas. É certo que a História está cheia de tentativas como estas! Porém, ninguém imaginaria, no nosso tempo, ter de ver, sem nada poder fazer, imagens transmitidas, em direto, pelas televisões, apontando e disparando sobre pessoas indefesas como forma de intimidação e chantagem. A legião de terroristas recrutados, em países ditos civilizados, ao serviço de fanatismos religiosos, começa a constituir um preocupante “sinal de alarme” para a “ordem internacional”!

O mês de agosto, que agora findou, traz-nos à memória o famoso “maio 68” que trouxe à Europa e de modo especial a França, um MOVIMENTO DE MUDANÇA que atingiu culturas, ideologias, políticas, comportamento sociais e até religiões (recorde-se que foi neste ano de 1968 que concluiu o Concílio Ecuménico Vaticano II- uma verdadeira e profunda “revolução” na Igreja Católica)!

Contrariamente ao maio de 68, o agosto de 2014 vai ficar para a história como o mês do “jihadismo”, um MOVIMENTO com tudo o que de pior se esperava: terror, fanatismo e intolerâncias religiosas, políticas e sociais. Afinal, os califados não passam de uma estratégia para “branquear” o fanatismo e a perseguição aguerrida, de modo especial à Europa e aos Estados Unidos da América.

Nós, por cá, vamo-nos entretendo com os “meet” junto aos centros comerciais, enquanto nos virmos incluídos (o diabo seja surdo!) nalgum “roteiro de reconquista” por parte de fanatismos religiosos que andam à solta por esse mundo fora. Afinal, a designada “primavera árabe” transformou-se num assustador “inverno/inferno”!

Caminhos de Santiago



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

1 - Nesta segunda quinzena de Agosto, passada, como desde há já muitos anos acontece, de férias na Galiza, tive este ano a concorrência da chanceler Angela Merkel no usufruto suave dos encantos dessa dilatada porção do território ibérico, que como que prolonga Portugal para norte.

Salvas as devidas proporções, naturalmente: a chanceler alemã não teve, como eu, o privilégio de mergulhar todos os dias nas águas tépidas das Rias Baixas, nem comeu sardinhas assadas, com um vinho de Ribeiro, ao fim da tarde, num tasco mesmo encostado ao mar e ao sol poente, nem peregrinou os caminhos dos santuários celtas ou cristãos, que se encontram a cada passo na Galiza e que constituem mais uma marca da nossa identidade comum.

Andou a pé, com Mariano Rajoy, por um dos muitos caminhos de Santiago, durante 6 quilómetros, para uma fotografia em ameno registo rural, deu o abraço da praxe, por trás, à estátua do santo e almoçou em Santiago de Compostela, no luxuoso Hostel dos Reis Catolicos, em frente à Catedral, com o primeiro-ministro de Espanha – ouvindo uns assobios de alguns, poucos, manifestantes, postos acauteladamente à distância pela polícia.

“Peregrinos da austeridade” - chamou-lhes, e bem, um cronista galego, mas podia juntar no grupo o pessoal do lado de cá da fronteira, todos mais fiéis, nestes anos que levamos de sacrifícios, de uma “peregrinatio ad loca infecta” do que de uma “peregrinatio ad loca sancta”, para replicar uma antinomia de Jorge de Sena, bem a propósito da visita ao Apóstolo.

Como explicavam os jornais, veio Merkel a Espanha reunir com Rajoy, nas vésperas da reunião do Conselho Europeu, que ia decidir os principais lugares a partilhar em Bruxelas, na época post-Barroso.

Parece que ficou combinado que o próximo presidente do Eurogrupo será Luís de Guindos, ministro do actual Governo de Madrid e que Arias Cañete, ex-ministro de Rajoy, irá a Comissário – constituindo a nomeação de ambos a bem sucedida agenda negociada de Rajoy.

Achei, no entanto, útil registar que a verdadeira chefe da União Europeia tenha ido a Espanha negociar os lugares – demonstrando um respeito pela grandeza e pelo poder castelhano que não vimos relativamente a Portugal, quando os nossos governantes quiseram, como se sabe, que lhes fosse adjudicado um lugar de comissário numa das



Foto: D.R.

pastas principais da Comissão Europeia, que andaram a pedir em vão pelos corredores de Bruxelas.

Sem a honra da visita da soberana para esse efeito.

E sem os mesmos resultados.

Como os primos pobres nas famílias ricas, ficamos com o pior lugar na mesa.

Mas o rancor cresce... Como nos primos...

2 – Aconteceu o mesmo connosco: também a chanceler elogiou o enorme esforço de austeridade prosseguido em Espanha pelo governo do Partido Popular, durante os últimos anos.

E, de facto, ao ler diariamente “La Voz de Galicia”, que me ia dando conta do desenvolvimento da vida pública em Espanha, parecia-me que não tinha saído de Portugal.

Quando cheguei às Rias Baixas, os jornais e os respectivos comentadores discutiam os efeitos e as modalidades do resgate aos bancos, que em Espanha, principalmente com as Caixas provinciais, teve uma intensidade e gravidade ainda maior que no nosso País.

Como fizeram? Colocando os activos contaminados num “banco mau” e os activos virtuosos num “banco bom”.

Mesmo assim chamados: o “banco bom” e o “banco mau”.

Tal como cá.

Não há nada de novo debaixo do céu.

Deve ter sido Bruxelas a impor a normalização da nomenclatura – como nos tomates e nas maçãs.

Outro tema dominante: a apropriação pela família Pujol dos recursos públicos da Catalunha, que Jordi Pujol governou durante cerca de 30 anos, cobrando comissões de

15%, para si e para os seus, nas adjudicações que o Governo da Generalitat efectuou durante os seus mandatos.

Apesar de tudo, ainda por cá não tivemos – pelo menos que seja do conhecimento e comprovação geral -, aproveitando o exercício de cargos públicos, corrupção tão generalizada, sistemática e duradoura, a um nível de representação tão elevado.

Mas nunca se sabe ...

E também o espectro da prescrição espreita a responsabilização penal do grupo familiar, nessa comunhão de desalento com o que se passa por cá.

Na Andaluzia, por exemplo, governada há mais de 30 anos pelo PSOE, foi há dias preso o ex-conselheiro das Finanças – espécie de Ministro das Finanças do governo autonómico -, Angel (que nome mais apropriado!) Ojeda, com uma acusação de fraude de 50 milhões de euros, em ajudas para cursos de formação.

Onde é que já vimos igual por estas bandas ... embora, por cá, sem prisão?

(Uma nota: a actual Presidente do PSOE andaluz, Susana Díaz, referindo que o Partido já havia procedido à expulsão de Angel Ojeda, afirma que “todo aquele que tenha dinheiro em paraísos fiscais não cabe no partido socialista.”

Que pensam disto Seguro e Costa?)

É também diário o relato nos jornais de desmandos nas autarquias, começando logo na de Vigo, com o socialista Abel Caballero – acusado de irregularidades em mais de 200 contratos e de dar emprego na alcaidaria a familiares de membros do seu partido.

3 – Há, todavia, um ponto das políticas públicas em que a distinção entre Portugal e

Espanha é muito sensível.

Trata-se do discurso sobre as pensões de reforma.

Tal como Passos Coelho, há 4 anos, também Mariano Rajoy se comprometeu com o valor e o princípio da estabilidade das pensões.

Mas ele cumpriu.

Mais do que cumprir: manteve o princípio da actualização anual do valor das pensões – de todas as pensões.

Mesmo nos momentos de maior aperto e de maior austeridade – que não foram menos penosos do que os nossos.

Já sei que me vão dizer que se desconhecia o verdadeiro estado das finanças públicas, em 2011, depois do governo do PS.

Mas também em Espanha o PP herdou o governo do PSOE – com um grau de desconhecimento porventura maior, já que não negociou, no tempo de Zapatero e em conjunto com o então governo, qualquer programa de resgate.

E a tarefa de governar não se aceita a benefício de inventário ... Ou então não se vai a votos ...

Também me poderão dizer que em Portugal foram aumentadas as pensões mínimas do regime geral e as pensões sociais.

Mas, por outro lado, gente que confiou na promessa de que o valor das pensões era sagrado, viu serem-lhe cortados, em 2012, 14% do rendimento, com a retenção dos subsídios de férias e Natal; e mais de 40% em 2013 e 2014, relativamente às pensões mais elevadas, e 10% na generalidade, pela CES, mesmo de sistemas privados de pensões, como tem explicado o Conselheiro de Estado Bagão Félix.

Afagar, em tempos de empobrecimento, as camadas mais vulneráveis, instilando-lhes o rancor aos que possuem, com legitimidade, maiores recursos do que eles – o mesmo é dizer, no nosso caso, à classe média – não é, forçosamente, uma virtude.

Pelo contrário.

O papel dos descamisados – e ressalvadas as devidas proporções – não tem sido historicamente favorável às soluções democráticas para as crises.

O mundo não começou ontem; nem sequer há 4 anos ...

4 – Que Santiago nos valha!

Mas convém não esquecer que foi o nome do Santiago Mata-Mouros que D. Sebastião invocou em Alcácer-Quibir.

JARDIM-DE-INFÂNCIA Nº Sª DA PIEDADE, ODEMIRA

Os apanhadores de sonhos

Ao entrar na casa-mãe do Jardim-de-infância Nº Sª da Piedade, em Odemira, tem-se a sensação de se estar a entrar numa pequena aldeia dentro da vila que é sede do maior concelho em extensão territorial do País. O aglomerado de edifícios, de traça tradicional, intra-muros, de paredes brancas e bordadas a azul, com caminhos, jardins e hortas e um miradouro sobre o rio Mira, que oferece uma paisagem transcendente, remete o visitante para um universo imensamente reduzido, ou não fosse aquele espaço todo das... crianças.

Aliás, lá dentro quem manda são os petizes, ou seja, quem manda é uma força de expressão que encontra o seu fundo de verdade no modelo educativo adoptado pela instituição fundada pela Congregação das Oblatas, no ido ano de 1967, e que é o do Movimento da Escola Moderna.

E no que consiste? Nada mais, nada menos do que dar às crianças a iniciativa do que deve ser explorado e aprendido.

“Nós queremos ser apanhadores de sonhos das crianças, ajudá-las a desabrochar as capacidades que têm, pelo que cada educador é um apanhador de sonhos. E queremos que as crianças aqui consigam sonhar o futuro para a vida delas. Aqui, sonha-se e cria-se. Os pais sonham sempre qualquer coisa para os seus filhos, mas aqui queremos que os sonhos das crianças se realizem nelas futuramente. E o grande sonho é que sejam felizes, independentemente do que forem na vida. E aqui ajudamo-las a caminhar e a descobrir, porque elas vão sempre voar o voo delas e não o nosso, mas queremos ser esse suporte com que elas podem contar”, começa por explicar a bem-disposta irmã Teresa Geraldes, que acrescenta: “E fazemo-lo com muita arte e um bocadinho de manha”.

Por seu turno, Vanda Francisco, directora pedagógica, levanta o véu sobre a prática pedagógica da instituição.

“O projecto curricular da instituição é «Terra, um planeta com vida», mas cada sala é livre de trabalhar o tema. Por outro lado, trabalhamos com o Movimento da Escola Moderna, que preconiza que se trabalhe com o que as crianças querem e nada que lhes seja imposto. Os projectos emergentes de algum conhecimento que a criança queira ter sobre determinado assunto faz com que a ela explore, mostre aos colegas e, depois, estes ficam também curiosos. As nossas salas são heterogéneas, com meninos de três, quatro e cinco anos, e isto faz com que os mais velhos ajudem os mais pequenos, que por sua vez se desenvolvem-se de uma forma natural com os mais velhos,



que são ainda protectores dos mais pequenos”, sublinha Vanda Francisco, ao que a irmã responsável pela instituição acrescenta: “Anualmente temos formação no Movimento da Escola Moderna na Escola Superior de Educação. As educadoras estão sempre a fazer reciclagem. É nossa preocupação que o pessoal da instituição tenha formação permanente e dirigida às suas áreas, sejam educadoras, sejam auxiliares. E vamos fazer comunicações, a nível nacional, a outras instituições sobre a nossa prática”.

A directora pedagógica recorda um projecto desenvolvido com as crianças, em que cada sala tem uma horta, “porque valorizamos muito o contacto das crianças com a terra”. Desse projecto inicial nasceu um outro, como refere a irmã Teresa Geraldes: “Editámos um livro, com o título «E eis que tudo era bom», sobre um projecto que desenvolvemos em 2009, mas que continua a ser desenvolvido. Foi um trabalho que as crianças fizeram na horta com uma engenheira agrónoma, com as educadoras e com os pais e em que agora mantemos as hortas. São hortas pequenas, mas para as crianças aquilo é uma quinta. Inicialmente não tínhamos intenção de editar livro nenhum, mas surgiram coisas tão boas que avançámos para a publicação. E como não tínhamos verba foi a Associação D. Pedro V que nos subsidiou a publicação. A partir deste livro nasceu na instituição o Dia Genesis, em que a criança se dedica à horta, à observação, à contemplação e ao registo do que vê”.



O facto de Odemira ser uma terra que vive essencialmente da terra e da agricultura, com grandes empresas agrícolas ali sedeadas, este despertar para as coisas da terra é um trunfo da instituição na passagem para as crianças de alguns valores, muitas vezes esquecidos, mas de grande valor para o Homem.

Com o objectivo de melhorar o serviço prestado, a instituição está em processo de certificação de qualidade, pela norma ISO 9001/2008.

“Queremos tornar-nos mais fortes no que fazemos e ter mais consistência em tudo. E o que inicialmente nos parecia muito difícil, agora é algo muito normal e natural. Foi essencialmente uma forma de nos

organizarmos melhor e que nos ajudou bastante. Mais do que a certificação, o nosso objectivo era ter qualidade nas nossas práticas. E aceitámos o desafio da qualidade para fazermos melhor e termos a consciência plena de que estamos a fazer bem”, sustenta Vanda Francisco.

E é com orgulho, e um grande sorriso, que a religiosa responsável pela instituição fala do projecto das «7 Maravilhas do Infância», pois a esmagadora maioria têm que ver com as práticas levadas a efeito na instituição.

“Criámos um concurso sobre as 7 Maravilhas da instituição e foram os pais que durante três meses trabalharam nessa escolha e em que a mais valorizadas foram as



crianças e a equipa pedagógica, que inclui todos os funcionários”, explica.

Às Crianças e à Equipa Educativa, seguiram-se as Instalações, a Segurança, a Higiene, a Alimentação e, por fim, a Criatividade.

Quanto a projectos mais estruturantes, para já a Direcção da instituição não tem nada em mente, especialmente depois de o Infantário ter ampliado a sua capacidade de acolher crianças, com a construção de dois equipamentos, na freguesia vizinha de Boavista dos Pinheiros.

“A ampliação dos infantários foi um grande projecto do qual temos que descansar um pouco. O projecto da instituição é formar uma boa equipa. Não é só formar e ajudar a formar crianças, mas é também formar adultos, pessoas que dentro da sociedade tenham um papel activo, criativo e inovador e que acreditem que vale a pena darem-se a uma sociedade que acreditamos ser cada vez melhor”, sublinha a irmã Teresa Geraldês, ao que Vanda Francisco acrescenta: “A nossa instituição também está muito aberta à comunidade e as pessoas aderem muito bem a todas as coisas que fazemos e estão sempre à espera de mais da nossa parte. E somos muitas vezes convidados para realizar actividades. Temos uma relação boa com a comunidade”.

A colaboração com a Câmara é profícua e a religioa destaca mesmo um dos mais recentes, pela grande aceitação que teve da população de Odemira: “A Câmara pediu que o infantário assinalasse os 40 anos do 25 de Abril e nós organizámos uma festa em que participaram as crianças, os pais, a equipa

pedagógica e a comunidade, onde estiveram cerca de 700 pessoas. A festa foi linda”.

O Jardim-de-infância de N^a S^a da Piedade acolhe no total 120 bebés em creche, 150 crianças em pré-escolar e ainda meia centena em ATL, sendo que na casa-mãe existem as três valências, enquanto na Casa Beatriz Gamboa, inaugurada em 2007, funciona apenas uma creche, enquanto na Casa Maria Luísa Cordes da Ponte, em funcionamento desde 2011, existem as valências de pré-escolar e ATL.

Com uma equipa de 65 funcionários e três religiosas, a instituição serve ainda 64 refeições diárias através da Cantina Social e serve 200 refeições, em Odemira e Boavista dos Pinheiros, às escolas do 1^o Ciclo do Ensino Básico. Ou não fosse a alimentação uma das Maravilhas do Infantário!

Do muito que se tem falado acerca da quebra da taxa de natalidade em Portugal, Odemira parece não poder queixar-se.

“Ainda não sentimos a diminuição de crianças e pelas matrículas que temos para o próximo ano não dá para sentir, mas não quer dizer que daqui a um ano não possa acontecer. Mas numa vila do Alentejo ter mais de 300 crianças é significativo”, sublinha a irmã Teresa Geraldês, o que Vanda Francisco complementa: “E existem mais instituições, não somos a única. Podiam os pais trazer as crianças todas para aqui porque não existiam mais, mas não, existem pelo menos mais duas IPSS no concelho com infantário. As empresas agrícolas, e há algumas grandes empresas, acabam por trazer muitas pessoas que passam a viver aqui”.

Apesar de sócio-economicamente



Odemira ter uma população num nível médio-baixo, “porque as pessoas até podem ter trabalho, mas têm ordenados baixos”, a instituição consegue ter uma boa saúde financeira.

“A coisa está equilibrada, embora tenhamos um elevado número de crianças gratuitamente. E há um número um bocadinho crescente a solicitar a redução das mensalidades”, sustenta a religiosa.

E à pergunta de como seria Odemira sem o Jardim-de-infância N^a S^a da Piedade, a irmã Teresa Geraldês não tem dúvida: “Seria mais pobre e não teria tanta beleza. Há duas coisas que embelezam Odemira, o rio Mira e

o infantário. Imagine uma vila sem crianças e sem infantário. Acho que a vila não seria o que é hoje, não teria tanto encanto sem estas duas coisas”.

Defendendo que na instituição todo o pessoal sabe que “é com paixão” que o trabalho tem que ser feito, a irmã Teresa Geraldês define assim a missão de todos os que ali laboram: “A missão da instituição é acolher as crianças e o infantário ser a continuação das casas delas. Queremos que as crianças se sintam bem e sejam felizes, para quando forem adultos fazerem outros felizes”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

NÃO HÁ UM ÚNICO PÁSSARO NO CÉU

“Nós passamos muito o aspecto da contemplação e do espiritual às crianças, e não precisa de ser cristão, até porque temos crianças, por exemplo, Testemunhas de Jeová, mas quero que elas a partir da verdade humana que podem encontrar na

instituição, porque esta acima de tudo tem que ser humana, é que vão descobrir Deus. O rosto de Deus somos nós... Há confronto, porque não somos perfeitas, nem somos de cera, somos mulheres de carne e osso, com defeitos e é nesses confrontos que a

gente cresce”, começa por explicar a irmã Teresa Geraldês, para de seguida contar o caso de um menino de sete anos que, numa carta aos pais corporizou tudo aquilo que a instituição pretende passar para as crianças. “Uma criança do ATL foi de férias com os

avós para Lisboa e escreveu uma carta aos pais em que dizia: «Gosto muito de estar com os avós, mas tenho tantas saudades de Odemira, porque aqui não vejo os pássaros voarem, não há um único pássaro no céu». É para isto que trabalhamos”.

RESTAURAÇÃO COLECTIVA • TICKETS DE SERVIÇOS • REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA • RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS
LIMPEZA • SEGURANÇA HUMANA E ELECTRÓNICA • GESTÃO DOCUMENTAL



TRIVALOR SERVIÇOS



Qualidade em Multiserviços e Soluções Individualizadas

TRIVALOR SGPS, S.A. - Av. Infante Santo, 21-A, 1350-177 Lisboa
Telef.: 21 042 00 55 / 21 042 08 08 - Fax: 21 418 82 70 / 21 042 94 88
www.trivalor.pt - email: trivalor@trivalor.pt

ESTUDO

Emoções associadas a memórias podem ser mudadas

Um estudo realizado no Japão e nos EUA concluiu que as emoções associadas a recordações podem ser alteradas para permitir suavizar acontecimentos dolorosos do passado e evitar que ensombrem momentos de felicidade do presente.

“Esta capacidade (de reversão) da memória é utilizada clinicamente para tratar” doenças mentais, no entanto, “os mecanismos neurais e os circuitos do cérebro que autorizam esta mudança de registo emocional permanecem muito desconhecidos”, salientam os investigadores, no trabalho publicado pela revista científica Nature.

A investigação, desenvolvida pelo instituto Riken, no Japão, e pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA, pretendia “desmontar” estes processos subjacentes, e abrir a porta a novas pistas para tratar patologias como a depressão ou o stress pós traumático, que afecta, por exemplo, os militares.

O estudo “valida também o sucesso da psicoterapia actual”, explicou o director da

investigação, Susumu Tonegawa, Prémio Nobel da Medicina em 1978.

Os cientistas utilizaram uma nova tecnologia de controlo do cérebro de ratinhos através da luz, chamado “optogenética”, para melhor compreender o que se passa quando se mudam as memórias de bons ou maus momentos e se é possível mudar o sentimento (negativo ou positivo) associado a esta lembrança.

Os resultados demonstram que a interação entre o hipocampo, parte do cérebro que tem um papel central na memória, e a amígdala, uma espécie de armazém de reações positivas e negativas, é mais flexível do que se pensava até agora.

A investigação baseou-se na inscrição de memórias, através de experiências positivas, num grupo, e negativas, no outro, sendo depois activadas artificialmente estas lembranças, ao serem submetidos a acções opostas.

A nova experiência “dominou” a emoção inicial. “Fizemos um teste (...) e a crença original desapareceu”, descreveu



Fotos: D.R.

Susumu Tonegawa.

No entanto, este fenómeno só conseguiu ser observado quando se tratava

do hipocampo, sensível ao contexto ambiental, e não foi possível condicionar a amígdala.



19
ANOS

JUNTO DAS:

Instituições Particulares Solidariedade Social
Santas Casas da Misericórdia
Associações Mutualistas

APLICAÇÕES

TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA Módulo de Receitas, Meios Complementares de Diagnóstico.

TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA

TSR - Utentes, TSR - Bancos, TSR - Associados, TSR - Rendas, TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores.

TSR - QUALIDADE Terceira Idade, Infância e Juventude, Apoio na Vida Quotidiana.

TSR - ORDENADOS

TSR - STOCKS Por economatos, cozinhas IPSS.

TSR - UNIDADES DE SAÚDE Unidades de Cuidados Continuados, Hospitais, Clínicas, Fisioterapia, Imagiologia, etc.

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

TSR - CONTROLO DE MEDICAÇÃO

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA

TSR - GESTÃO COMERCIAL

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO!
AS PESSOAS PRECISAM DE SI!

- DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS
- INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO nas vossas instalações.
- ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA GRATUITA

- CLIENTES 100% SATISFEITOS
- SOLUÇÕES DE ELEVADA PERFORMANCE
- 6500 APLICAÇÕES EM FUNCIONAMENTO
- 800 INSTITUIÇÕES

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11
4836-908 Guimarães
Tlf.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
Tlm.: [+351] 939 729 729
Fax: [+351] 253 408 328
Email: tsr@tsr.pt



FUNDAÇÃO JOAQUIM ANTÓNIO FRANCO E PAIS, CASÉVEL, CASTRO VERDE

Paga-se caro a interioridade

A Fundação Joaquim António Franco e Pais, sediada em Casével, concelho de Castro Verde, tem 53 anos, tendo em 1992 adquirido o estatuto de IPSS, começando, então, a sua acção social pelas respostas de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), utilizando ainda as instalações da habitação do fundador, Joaquim António Franco, falecido no ano da criação da mesma.

Na altura da constituição da Fundação, no ido ano de 1961, uma das premissas do fundador, para além do apoio aos necessitados [ver caixa], era a da criação do que, na altura, se designava por asilo.

“Foi em 2000, 2001 que começou a pensar-se noutro dos objectivos do senhor Joaquim Franco e que foi sendo sempre adiado, mas que hoje teria que ter uma resposta diferente”, começa por contar Carlos Moreira, director-executivo da Fundação, acrescentando: “Como ele escreveu em testamento, era a criação de um asilo nas instalações da sua casa para pessoas doentes da freguesia. Só que nestes tempos já não há asilos, por isso pensou-se num Lar”.

Quando a Administração da Fundação equacionou o projecto, “por questões de estratégia, o anterior presidente da Câmara apresentou uma proposta para se aproveitar a possibilidade de instalar também em Casével uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC)”.

Corria o ano de 2008, o primeiro projecto do Lar tinha sido devolvido por “falta de verbas e, então, surgiu esta oportunidade”.

A Fundação avançou, as obras começaram em 2009 e terminaram em 2011, altura em que é inaugurado o primeiro edifício, que albergava no primeiro andar a UCC e no piso térreo o Lar.

“Este foi o primeiro grande erro em termos de sustentabilidade do projecto, porque o edifício apenas como UCC tinha todas as possibilidades de ser rentável, mas ao dividirem o espaço por duas respostas, pela dimensão, nenhuma delas podia ser sustentável”, explica Carlos Moreira, que na altura ainda não estava na instituição.

“Uma UCC de Média Duração com 21 camas é insustentável, porque a exigência de técnicos e demais pessoal é muito grande. Com essa capacidade e exigência de pessoal técnico e não só, sem grandes contas, dava quase 2,5 funcionários por cama... Isto é incomportável! Por outro lado, o Lar com 22 camas também é insustentável. Na altura com menos de 30 camas não era sustentável, aos preços que temos que praticar, e hoje esse número já é superior, ou seja,



com menos de 34 camas não se torna um estabelecimento destes sustentável”, refere.

Na opinião do director-executivo, “as exigências aumentam, mas os valores a cobrar são os mesmos ou menores, portanto, a situação toma-se muito difícil”.

Em pouco tempo, a situação do novo equipamento tornou-se insustentável e foi necessário tomar medidas profundas, optando a Administração pela profissionalização da equipa dirigente. Em Março de 2012, Carlos Moreira entra para os quadros da Fundação como director-executivo, no sentido de tornar a gestão mais adequada aos tempos actuais. O voluntarismo da Administração, composta pelo presidente da Câmara, presidente da, então, Junta de Freguesia e ainda três parentes afastados do fundador, já não era suficiente, até porque o património da Fundação também já não rendia como antigamente.

“Em Março de 2012, ainda não tinha feito um ano que a UCC estava aberta, o Lar abria em Julho de 2011, a situação já era muito complicada. O Lar não tinha Acordo de Cooperação com a Segurança Social, tinha apenas 14 camas ocupadas e toda uma estrutura para 22. Por seu lado, a UCC estava com ocupação total, mas os prejuízos eram muito grandes, a que cresciam os prejuízos normais do primeiro ano de actividade. Foi, então, que a Administração entendeu que a forma de gestão, até àquela altura suficiente, tinha que ser profissionalizada”, relata Carlos



Moreira, recordando que, com o novo equipamento, “de 15 funcionários a instituição passou para 60”.

Os tempos eram complicados e o défice crescente, pelo que era necessário fazer algo.

“A nossa preocupação foi tentar racionalizar alguns custos e acabar com desperdícios. Havia práticas que não tinham em conta a situação financeira, até porque a instituição nunca tinha tido dificuldades nesse capítulo, pois, normalmente, tinha 500 mil euros em depósitos à ordem”, conta, explicando o que foi, então, feito: “Na tentativa de reversão da situação, um dos primeiros objectivos

traçados foi o redimensionamento das respostas. Para isso, arrancou-se rapidamente com a construção de um novo Lar, com 49 camas, para dar sustentabilidade à resposta, mas também para racionalizar a UCC”.

A nova infra-estrutura está quase pronta, contando os responsáveis pela instituição que as obras terminem até Outubro e que entre em funcionamento no mês seguinte.

Se a situação actual já não é tão grave como quando Carlos Moreira entrou para a gestão diária da Fundação, especialmente devido à falta de economia de escala do Lar e da UCC, outras questões dificultam a vida da instituição.



“As nossas dificuldades são, na gestão diária, provocadas pela falta de dimensão das respostas, mas em 2013, em termos de exploração, pela primeira vez tivemos uma situação equilibrada... mas isto não quer dizer que se repita este ano. Mas temos um outro problema que advém do facto do primeiro investimento no novo edifício, que era para custar 2,6 milhões de euros, mas que custou quatro milhões. O único apoio foi de 630 mil euros do PARES e o resto foi investimento da Fundação, pelo que foi necessário recorrer à Banca, sendo que agora o serviço da dívida é muito complicado. Claro que aumentámos o património, pelo que teremos que vender outro património para reduzir o serviço da dívida”.

Mas este é outro obstáculo que a nova legislação lhes impõe, pois é necessário, devido ao estatuto de Fundação, requerer autorização governamental para alienar património.

E se a Fundação tem actualmente um encargo muito grande com a Banca, que dificulta a gestão, o novo edifício, que ficará apenas como Lar, ficando o actual inteiramente para a UCC e serviços de apoio, já foi negociado de outra forma, com um apoio público e comunitário de 85%... “O orçamento inicial era de 2,3 milhões de euros, mas deve ficar por 1,7 milhões, porque agora já não somos rico. O País deixou de ser rico e, então, já se podem tirar os mármore e afins”, refere, ironicamente, Carlos Moreira, que deixa uma crítica a quem, do alto dos seus gabinetes, legisla e regulamenta a actividade das instituições: “Muitas vezes quando se faz a Lei ou os Regulamentos, as pessoas fazem-no com base na realidade que conhecem... Por exemplo, há situações em que não é exigível que os técnicos estejam a 100%, só que em Casével não arranjam ninguém para trabalhar a 50%, porque qualquer pessoa que venha para aqui tem que fazer muitos quilómetros. A nossa psicóloga clínica faz 140 quilómetros por dia, obviamente, não vem

para trabalhar a meio-tempo! Isto são situações que o legislador não conhece. E há outras, como a da exigência de um fisiatra, mas no Baixo Alentejo, pura e simplesmente, não existe um fisiatra! Não podemos ir buscar um fisiatra a Lisboa para vir a Casével uma vez por semana, pois o custo seria insuportável. Nós pagamos caro pela interioridade, essa é a verdade”.

A isto tudo, e ainda em tom de crítica, Carlos Moreira junta o problema do estatuto da instituição.

“Por último, temos o grave estigma de sermos uma fundação. Pertencemos àquela casta de aldrabões e vigaristas que este Governo resolveu hostilizar. Temos uma série de dificuldades que, por exemplo, associações não sentem, sem a história de 53 anos que nós temos. Por exemplo, o que era um acto de gestão perfeitamente racional que era a alienação do património para pagar o novo que estamos a construir e que vai de encontro o objectivo do fundador, temos que pedir autorização ao gabinete do primeiro-ministro. E somos prejudicados em relação a outras instituições e empresas, por exemplo, no IVA. Somos uma IPSS, temos a chamada isenção IVA, mas que não o é... É apenas uma isenção de deduzir o IVA! Se um bar comprar uma aparelhagem sonora deduz o IVA, nós temos que pagar o IVA de custo. Não percebo porquê e isto é um prejuízo enorme”, afirma.

Sem deixar de dar mais algumas alfinetadas à tutela, Carlos Moreira explica que a situação está a melhorar, mas que não tem sido fácil dar a volta.

“No final do ano passado conseguimos, finalmente, os Acordos de Cooperação para o Lar, mas só para 16 camas. Porém, esperamos que esse número vá aumentando com a abertura do novo equipamento. O que queremos é que as exigências que nos fazem, essencialmente na Unidade Cuidados Continuados, viessem acompanhadas das verbas necessárias para as realizar. Exigir

A Fundação

“Dez dias antes de morrer, em 1961, Joaquim António Franco, que era filho único e não tinha herdeiros, resolveu doar todos os seus bens a uma fundação a criar com o nome dele e dos pais, de quem tinha herdado uma boa parte desse património, que serviu de base à constituição da instituição. A Fundação tinha uma característica assistencial, como era próprio na altura”, começa por contar Carlos Moreira, continuando: “O próprio senhor Joaquim António Franco criou os objectivos para a fundação, que passavam por, em primeiro lugar, apoiar as pessoas carenciadas da, então, freguesia de Casével, principalmente as pessoas que tinham trabalhado na sua casa agrícola e, depois, apoiar os doentes através de subsídios a entregar à Misericórdias dos quatro concelhos onde ele tinha propriedades rurais (Castro Verde, Aljustrel, Odemira e Ourique)”.

Esta era a acção da Fundação na altura, sendo que os bens agrícolas e as propriedades urbanas davam algumas receitas que eram distribuídas em donativos às Misericórdias e às pessoas necessitadas.

E se até 1974 a vida da Fundação foi normal, “com o 25 de Abril, os problemas com a posse das terras no Alentejo foram o que se sabe, com as terras a serem ocupados”, e a instituição viu-se privada de muito do seu património.

A partir dos anos 1980, com a entrega das terras de novo à Fundação, esta retoma a actividade, “mas num País completamente virado do avesso, pois já não era o mesmo País dos tempos em que foi criada”.

Foi então necessário adaptar-se aos novos tempos e às novas exigências, criar uma estrutura diferente integrada nas estruturas de solidariedade existentes.

“A preocupação foi registar a Fundação como IPSS, o que aconteceu em 1992, e a partir daí encontrar respostas integradas no sistema existente junto da Segurança Social”, sustenta Carlos Moreira.



com o dinheiro dos outros é muito bonito e fácil! Há cada vez mais exigências e não há contrapartidas”, critica, exemplificando: “Há cerca de quatro meses a Administração Regional de Saúde convocou pessoas da Fundação para uma formação em Évora e, pela primeira vez, tive que recusar. Se convocam as pessoas, paguem! Fiz isto para que lá percebessem que as coisas não são assim. Não há dinheiro, não façam exigências. Se nós fazemos esforços, eles têm que se esforçar por dar a contrapartidas. Isto é uma bela ideia e para o Estado é um belíssimo negócio, porque uma cama num hospital custa 14 mil euros e aqui na UCC custa dois mil e poucos euros! O reverso disto é a resposta ser de menor qualidade e isso é grave”.

As dificuldades da Fundação Joaquim António Franco e Pais são sentidas igualmente por muitas outras instituições por todo o País e apesar de a situação começar a ser invertida, ainda não dá descanso aos seus dirigentes e obstaculiza a realização de novos projectos.

“Havia muito para fazer, mas uma coisa é a necessidade e outra é a existência de condições para o fazer”, remata Carlos Moreira, que ainda assim revela com algum

orgulho o estatuto, entretanto, alcançado pela Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração, que recebe utentes de todo o Alentejo e até do Algarve serrano: “Quando chegámos em 2012, a UCC estava no último ou penúltimo lugar do ranking e, neste momento, está em segundo. Somos reconhecidos, em termos de Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) pelo Serviço de Reabilitação. E somos das Unidades que tem listas de espera”.

Actualmente, a Fundação acolhe em Lar 22 utentes, apenas com 16 contratualizados com a Segurança Social, 21 na UCC, apenas cinco em Centro de Dia e serve ainda 36 idosos em SAD, que, desde início, ficou limitado à, então, freguesia de Casével.

“Na vila residem cerca de 250 pessoas, a que se juntam mais umas poucas que vivem nos montes, sendo que 80% delas tem mais de 60 anos, muito dependentes para tudo”, nota Carlos Moreira, que adianta ainda ter a Fundação 82 colaboradores (66 por conta de outrem): “É o único empregador da freguesia, que não tem desemprego feminino, sendo que os técnicos são todos de fora de Casével”.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





Tenho uma vida de cão...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua Júlio Dinis, 931-3.º Esquerdo - 4050-327 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 59 32 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva e Padre José Maia

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

EUROSTAT

Desemprego desce para os 14 por cento

De acordo com os dados avançados pelo Eurostat, a taxa de desemprego em Portugal recuou para 14% em Julho, menos uma décima do que em Junho e menos 2,3 pontos do que um ano antes, sendo a maior queda homóloga na União Europeia.

No mês passado, o desemprego em Portugal voltou ao nível de Novembro de 2011 (altura em que se encontrava precisamente nos 14%, vindo depois a subir até um “pico” de 17,8% em Abril de 2013). Já na zona euro, assim como no conjunto da UE, a taxa de desemprego manteve-se estável em Julho face a Junho, nos 11,5% e 10,2%, respectivamente.

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social considera “uma boa notícia” e “um sinal de esperança” a descida do desemprego em Portugal para 14% em Julho, divulgada no mês passado pelo Eurostat, destacando que estes dados “corrigem os efeitos da sazonalidade”. “Estes dados são muito importantes porque são os únicos que corrigem o efeito da sazonalidade”, afirmou Pedro Mota Soares, salientando que as séries do gabinete oficial de estatísticas da União Europeia (UE) “não têm em conta a geração de empregos ligada ao turismo e às actividades de verão e, por isso, são ainda mais relevantes”.

Conforme recordou, nos últimos 18 meses, o Eurostat aponta para uma progressiva redução do desemprego em Portugal, com um recuo “lento, mas muito sólido e

consolidado” de “cerca de 3,4 pontos percentuais de Janeiro de 2013 até hoje”.

Para Mota Soares, os números conhecidos são “uma boa notícia para 125 mil portugueses que deixaram de estar numa situação de desemprego no último ano e para as suas famílias”, dando “um sinal de esperança para quem está à procura de uma oportunidade para regressar ao mercado de trabalho, especialmente os mais jovens”.

O recuo do desemprego é ainda “uma boa notícia para Portugal”, que chegou a apresentar uma taxa “perigosamente perto dos 18%” e, apesar de se manter num nível “ainda elevado”, está “muito mais próximo da média da UE e muito mais longe de muitos países que tiveram dificuldades semelhantes no quadro da UE”.

Em terceiro lugar -- sustentou o ministro -- “é uma notícia importante para a economia” portuguesa: “Fruto das reformas estruturais que foram feitas nos últimos anos, mas, sobretudo, fruto do esforço, da competência e da capacidade de trabalho dos empresários e dos trabalhadores em Portugal, a economia está hoje a gerar oportunidades de trabalho e com a capacidade de reduzir o desemprego, algo que tem vindo a acontecer ao longo dos últimos 18 meses”, salientou.

RECTIFICATIVO APRESENTADO

O segundo orçamento rectificativo para

2014 apresentado pelo Governo revê o cenário macroeconómico, diminuindo a taxa de desemprego para 14,2% e cortando o crescimento económico para 1%, alterações que permitem um impacto positivo nas contas públicas.

As previsões mais recentes do Governo, definidas em Abril no Documento de Estratégia Orçamental (DEO), davam conta de uma taxa de desemprego de 15,4% e de um crescimento de 1,2% do PIB este ano. Perante estes números, a segunda proposta de alteração do Orçamento de Estado revê em baixa tanto a taxa de desemprego, para 14,2%, como o crescimento da economia para 1%.

No entanto, quando se comparam os números divulgados com o Orçamento do Estado para 2014, apresentado em Outubro de 2013, a taxa de desemprego

é revista em baixa (de 17,7% para 14,2%), mas o crescimento económico é revisto em alta (de 0,8% para 1%). E é destas revisões que resultam as melhorias para a execução orçamental.

O segundo orçamento rectificativo do ano não contempla qualquer alteração fiscal.

A revisão macroeconómica feita agora pelo Governo vai acomodar o chumbado Tribunal Constitucional a três normas do Orçamento de Estado para 2014: os cortes salariais acima dos 675 euros, a alteração ao cálculo das pensões de sobrevivência e a aplicação de taxas de 5% sobre o subsídio de doença e de 6% sobre o subsídio de desemprego. A ministra das Finanças reafirmou que o impacto global da inconstitucionalidade das medidas ascendeu a 860 milhões de euros, 0,5% do PIB.



Foto: D.R.

Soluções específicas em Lavandarias Profissionais para IPSS.

Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL